



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 32- Nº 603 - DE 6 A 23 DE FEVEREIRO DE 2020 - R\$ 4,00

Diante do avanço das privatizações e da desnacionalização, constituir a frente única anti-imperialista

**Que as centrais sindicais e movimentos formem
os comitês de luta contra as medidas antinacionais
e antipopulares do governo Bolsonaro-Guedes**

**Que a greve nacional dos petroleiros
sirva de canal para a organização
da luta anti-imperialista**

**Não ao fechamento da Fábrica de Fertilizantes
Nitrogenados do Paraná (FAFEN-PR)**

**Em defesa dos empregos, ocupar a fábrica
e impor o controle operário da produção**

**REALIZADOS O XV CONGRESSO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
(BRASIL) E A IV CONFERÊNCIA DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO
DA IV INTERNACIONAL (CERQUI)**

**Viva a Revolução Socialista!
Viva o Internacionalismo Proletário!**

Pôr em pé a frente única anti-imperialista

O fechamento da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná (Fafen) resultou na destruição de mil postos de trabalho. O governo Bolsonaro/Guedes está empenhado em fiação a Petrobras, privatizar e fechar unidades que não interessam às multinacionais. O caso da Fafen é um alerta. A orientação do diretor da Petrobras, Castello Branco, é a de rebaixar o valor da força de trabalho dos petroleiros, e privatizar a estatal. Esse senhor, homem do grande capital internacional, segue as ordens do ministro Paulo Guedes, de entregar tudo o que puder.

A Petrobras vem sendo privatizada, bem como desnacionalizadas as reservas petrolíferas, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso. É questão de tempo para o pré-sal passar em grande parte para o controle das petroleiras e do capital financeiro. Até 2017, a Petrobras detinha 100% da BR distribuidora. Em fins de julho de 2019, passou a controlar apenas 41,25%. Imediatamente, a empresa obteve uma expressiva valorização.

O argumento de que a quebra do monopólio da Petrobras permitiria a concorrência e, com ela, a diminuição do preço dos combustíveis aos consumidores, se mostrou completamente falso. Um dos mais duros golpes na defesa da economia nacional tem sido a quebra do monopólio da Petrobras, o seu desmonte e a privatização. Trata-se de uma atividade econômica estratégica, e de grande peso no desenvolvimento interno.

O plano de privatizações e concessões de Bolsonaro/Guedes é muito amplo. Caso consiga cumpri-lo, os capitalistas ganharão muito, e o País perderá uma capacidade incalculável. Está prevista a entrega de 14 estatais de peso, como a Eletrobrás, Telebrás, Correios, Transurb e CBTU. Importantes parques nacionais, como o dos Lençóis Maranhense e Foz do Iguaçu, serão explorados pelos donos do capital financeiro. Até mesmo a Casa da Moeda foi posta à venda. Há pouco, a Embraer passou para o controle da Boeing, norte-americana. Está em andamento um acordo de concessão da Base de Alcântara aos Estados Unidos.

Bolsonaro, apoiado no grande capital nacional, tornou o Brasil em um imenso centro de leilões, cujos negócios são avaliados em 2 trilhões de reais. Em nenhuma parte do mundo, ocorre, pelo menos neste momento, uma jogatina tão grande com o patrimônio público.

A propaganda imperante é a de que o País voltará a crescer, baixará o desemprego e a situação da população melhorará. Essa falsificação oculta que a entrega das estatais resulta em recurso para pagar a gigantesca carga de juros da dívida pública, que alcança 75,8% do Produto Interno Bruto (PIB). E serve ao capital financeiro parasitário, que se vale da compra de empresas estatais desvalorizadas.

O baixo investimento na economia revela o fato de os poderosos capitalistas não verem possibilidades de as forças produtivas romperem a camisa de força da estag-

nação. Não se abrem novas fábricas, não se ampliam as ferrovias, etc. Ao contrário, não aumentam a capacidade de produção e reduzem os investimentos. Há décadas que se verifica um excedente de produção. Na recessão de 2015 e 2016, centenas de fábricas foram fechadas. A economia brasileira se caracteriza pelo baixo crescimento. Já se tem como certo que a década que se

encerrou em 2019 é mais uma perda, devido ao crescimento raquítico. Não é por falta de capital, que sobra e que se protege com a agiotagem. A economia nacional esbarra no estreitamento do mercado mundial e na crise de superprodução. Não há como desvincular as privatizações e o impulso à desnacionalização das necessidades do capital financeiro internacional e, portanto, do imperialismo.

A greve dos petroleiros expressa, no fundo, a rejeição ao plano geral de privatização e desnacionalização de Bolsonaro/Guedes. No entanto, limita-se à reivindicação de cumprimento do acordo coletivo de trabalho (ACT) e de não fechamento da Fafen-PR. Em torno a essas exigências dos trabalhadores, está colocada a luta contra a privatização e a desnacionalização. A Federação Única dos Petroleiros (FUP), a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), as centrais sindicais e os movimentos estão obrigados a constituir uma frente única anti-imperialista, caso contrário, os petroleiros terão muito mais dificuldades de vencer. Está colocada a tarefa de organizar os comitês de combate anti-imperialista em todo o País. As bandeiras de fim das privatizações, reestatização sem indenização, controle operário da produção, e não pagamento da dívida pública unificarão os trabalhadores em volta da greve dos petroleiros, e alicerçarão os comitês de base.

Um dos mais duros golpes na defesa da economia nacional tem sido a quebra do monopólio da Petrobras, o seu desmonte e a privatização. Trata-se de uma atividade econômica estratégica e de grande peso no desenvolvimento interno.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org

Greve nacional dos petroleiros

Acabar com a política de privatização de Bolsonaro

A greve iniciada no dia 1º de fevereiro saiu em defesa do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), e contra o fechamento da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná (Fafen-PR). Indica que a ofensiva privatizante e entreguista de Bolsonaro/Guedes/Castello Branco se agudiza. O plano de venda por partes da Petrobras, fechamento de fábricas, e leilões do pré-sal está sendo posto em prática pelo governo antinacional e antipopular.

Desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, a burguesia e o imperialismo vêm conseguindo, gradativamente, impor a privatização e a desnacionalização dos recursos petrolíferos e da Petrobras. Os monopólios e o capital financeiro necessitam apropriar-se desse ramo estratégico para a economia mundial. Os interesses do imperialismo são tão cruciais que os Estados Unidos tornaram o Oriente Médio em arena de guerra permanente. E mantêm um brutal cerco econômico e político, em torno da Venezuela.

A burguesia brasileira e seu governo cedem ao imperialismo sem resistência. Nem mesmo o governo do PT, que havia se erguido empunhando a bandeira da soberania nacional, foi capaz de resistir.

Ninguém desconhece que as fontes de energia e a indústria que as transforma são estratégicas para as potências, tendo à frente o imperialismo norte-americano. Uma das condições da real soberania está em nacionalizar ou manter nacionalizadas essas fontes, sua industrialização e distribuição.

O nacionalismo burguês chegou a dar um passo nesse sentido, com a criação da Petrobras, mas não foi capaz de ir adiante. Não teve como sustentar a nacionalização do petróleo, dando lugar a uma reversão, que coube aos governos democratizantes pós-ditadura militar, que a iniciaram com o plano de Fernando Henrique Cardoso, de romper o monopólio da Petrobras sobre os recursos petrolíferos e a industrialização.

É importante lembrar a greve dos petroleiros de 1995, iniciada em 3 de maio, e suspensa pela FUP, em 2 de junho. Na ocasião, Lula se projetava como candidato do PT, e influenciou para que a direção da FUP pusesse fim ao movimento. A greve petroleira de 1995 foi um marco da luta contra as privatizações e desnacionalizações. Por isso, incorporou os trabalhadores eletricitários, da telefonia e dos Correios.

O sistema nacional de telefonia foi inteiramente entregue aos monopólios privados, a Eletrobrás está na listas das privatizações do atual governo, bem como os Correios. É importante ter claro que a greve dos petroleiros contra as medidas de Bolsonaro-Guedes-Castello Branco está amparada na histórica resistência dos anos noventa.

O processo de privatização e desnacionalização se encontra em um estágio muito avançado. O que indica que as direções sindicais, a maior parte delas vinculada ao PT e aliados, como o PCdoB, têm grande responsabilidade, por se acomodarem aos governos desnacionalizantes.

A pressão dos acontecimentos exigiu que a FUP convocasse

a greve, sendo seguida pela FNP. O movimento está diante de um governo francamente pró-imperialista, disposto a ir às últimas consequências, para consagrar seu plano de privatização. Está colocada para as duas federações e para as centrais sindicais uma ação mais ampla, que não se restrinja aos petroleiros. Como em 1995, também os eletricitários e os dos Correios estão com a corda no pescoço. Já no início da greve, está colocado um chamado aos eletricitários e os Correios a fortalecerem a greve.

A ampliação do movimento se refletirá em toda a classe operária, que está farta das reformas trabalhista e da Previdência. Os sindicatos metalúrgicos devem convocar as assembleias, tendo por objetivo se levantar contra o desemprego, as demissões e a implantação das contrarreformas de Temer-Bolsonaro. Se os metalúrgicos se mobilizarem, abrirão caminho para os demais sindicatos.

A privatização da Petrobras é um problema de todos os trabalhadores. Os sindicatos e movimentos têm o dever de iniciar imediatamente uma campanha de apoio ativo. O mais forte e consistente apoio é aquele que também levanta as reivindicações gerais dos explorados.

Derrotar a ofensiva de Bolsonaro/Guedes/Castello, significa acabar com o governo pró-imperialista.

Os petroleiros iniciam um combate duro pela sobrevivência de suas fontes de trabalho, e pela defesa da economia nacional. O fechamento da Fafen-PR resultará em mil postos de trabalho fechados. É necessário também lembrar do recente fechamento da planta da Ford em São Bernardo do Campo. A burocracia sindical se negou a ocupar a fábrica e a mobilizar o conjunto dos metalúrgicos. Essa traição custou muito caro ao movimento operário como um todo.

Neste momento, os petroleiros reagem ao fechamento da Fafen-PR e à quebra do acordo trabalhista. Está claro que a precarização das condições de trabalho é parte das contrarreformas de Temer/Bolsonaro.

A FUP e FNP não podem se manter separadas. A luta exige uma frente única de combate. Que estabeleçam, então, um plano de mobilização nacional, baseada em assembleias e comitês de base. Que façam um chamado conjunto a todos os sindicatos e movimentos, para que apoiem ativamente a greve dos petroleiros. É preciso ganhar as ruas. Assim, a greve se fortalecerá.

As bandeiras de fim das privatizações e reestatização sem indenização, sem dúvida, podem dar um norte geral no enfrentamento com o governo entreguista. A unificação dos explorados em torno à greve dos petroleiros é condição para recuperar os postos de trabalho da Fafen-PR, impor o cumprimento da acordo, interromper as privatizações, e erguer uma frente única anti-imperialista.

***Todo apoio à greve dos petroleiros!
Abaixo o plano antinacional e anti-operário
de Bolsonaro/Guedes.***

Governador da Bahia, Rui Costa, do PT, impõe a reforma da Previdência

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 159/2020 foi aprovada depois de violenta repressão aos funcionários públicos. Os manifestantes ocuparam o plenário da Assembleia Legislativa e jogaram ovos nos deputados, que discursavam em favor da reforma do governador petista. Diante dos protes-

Grande do Norte) estão obrigados a usar a repressão para conter a revolta dos funcionários públicos. A traição das centrais em desmontar a greve geral de 14 de junho de 2019, contra a reforma da Previdência, abriu caminho para que Bolsonaro impusesse aos governadores e prefeitos mudanças drásticas na

Previdência dos servidores estaduais e municipais. Em todas as reformas, prevalecem a imposição da idade mínima, mais tempo de contribuição e eliminação de antigas conquistas do funcionalismo.

As centrais sindicais marcaram um “Dia Nacional de Luta” para 18 de mar-

ço. Certamente, nesse dia, vários governadores já fizeram a lição exigida por Bolsonaro, de implantar a violenta reforma da Previdência. A vanguarda está obrigada a denunciar a conduta dos parlamentares, em particular, dos demagogos do PT, que votaram contra a reforma de Bolsonaro, e aprovaram a de seus governos. É preciso, desde já, ganhar as ruas contra as reformas de Bolsonaro, Congresso Nacional, governadores e prefeitos.

A traição das centrais em desmontar a greve geral de 14 de junho de 2019, contra a reforma da Previdência, abriu caminho para que Bolsonaro impusesse aos governadores e prefeitos mudanças drásticas na Previdência dos servidores estaduais e municipais.

tos, Rui Costa enviou a tropa de choque para expulsar do local os servidores. A votação acabou sendo transferida para outra sala, e feita a portas fechadas. Novamente, os policiais militares usaram spray de pimenta contra os servidores.

Como se vê, há uma ofensiva dos governadores, sejam eles do PSDB, PMDB, PT, etc., para impor a reforma da Previdência. Os governadores do PT (Ceará, Piauí, Bahia e, agora, Rio

Movimento dos trabalhadores da Casa da Moeda e Dataprev É urgente a unidade nacional contra a privatização das empresas estatais.

Os trabalhadores da Casa da Moeda do Brasil fizeram, no dia 03 de fevereiro, uma paralisação de advertência de 24 horas, contra a privatização. Exigem o cumprimento do acordo coletivo de 2019, e o fim da privatização da empresa. A direção da estatal, a mando do presidente Bolsonaro, impôs modificações nas cláusulas do acordo coletivo, penalizando ainda mais os trabalhadores. Aumentou o desconto dos planos de saúde, auxílio transporte e extinguiu o seguro de vida.

A greve dos trabalhadores da Dataprev chega ao 15º dia, em 24 estados. Em 5 de fevereiro, decidirão em assembleia a luta contra a demissão dos 494, realizada pelo governo federal. A proposta do Tribunal Superior do Trabalho (TST) é de suspensão da greve. Em contrapartida, a direção da Dataprev se compromete a suspender as demissões, mas manterá o fechamento de 20 escritórios, já programados para feve-

reiro. A reivindicação da direção da categoria em relação às demissões é de realocação no INSS ou outros órgãos, mas o governo não aceitou a proposta. A greve continua a crescer. Mesmo os estados que não serão afetados, como o de São Paulo, também estão em greve.

Tanto a Casa da Moeda do Brasil como a Dataprev fazem parte do plano de privatização, anunciado pelo governo militarista de Jair Bolsonaro. A Petrobras, que está em greve, também é parte desse plano de entrega das empresas estatais ao capital financeiro. O isolamento das lutas contra a privatização e precarização das condições de trabalho levará à derrota. Somente a mobilização nacional, com a organização dos comitês de base e assembleias, poderá colocar abaixo o plano de privatização do governo entreguista e privatizante de Jair Bolsonaro/Guedes.



MASSAS
EDIÇÃO ESPECIAL
ORGÃO BIMENSAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PARA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 31 - Nº 580 - DE 7 A 28 DE JULHO DE 2019 - R\$ 5,00

**1989
2019**

30 anos construindo e...

Adquira com nosso distribuidor

**30 anos construindo
o Partido Operário
Revolucionário (POR)**



Rondônia**A greve dos trabalhadores do transporte coletivo de Porto Velho foi derrotada pela justiça e a conciliação de classe da burocracia do sindicato**

Mais uma vez, o Consórcio Sim, ou seja, a empresa que tem convênio com a prefeitura para realizar o serviço dos transportes coletivos de Porto Velho, na administração do prefeito Hildon Chaves/PSDB, descarrega sua sanha de lucro sobre a vida dos trabalhadores. Desde o início, por meio do Consórcio Sim, com anuência de Hildon Chaves, os trabalhadores dos transportes têm amargado intensas derrotas. O que vem ampliando a precarização do trabalho e o arrocho salarial.

Diante dessa situação, no dia 10 de janeiro, os trabalhadores param suas atividades por tempo indeterminado. A greve ocorreu pelo não pagamento da parcela do décimo terceiro salário de dezembro e outros benefícios. Quatro dias depois, a Justiça impôs uma liminar de retorno imediato do funcionamento do transporte público, sob pena de multa de 100 mil reais por dia, e 10 mil por ônibus, caso o sindicato não cumprisse a determinação judicial de colocar fim à greve.

A exigência judicial se deu em função de que, em 2019, o Sindicato dos Trabalhadores dos Empregados do Transporte Urbano de Passageiros no Estado de Rondônia – Sintetuperon havia assinado um acordo com a Justiça, no dissídio coletivo de 2019/2020, entre a empresa e prefeitura, no qual exigiu que não houvesse paralisação dos trabalhadores, até o final de março de 2020.

Depois que os burocratas sindicais se curvaram diante da determinação da Justiça, os trabalhadores entram em greve,

passando por cima do acordo em torno do dissídio coletivo, e pediram demissão em massa. No entanto, recuaram, porque não contavam com a direção do sindicato, e enfrentavam a campanha do governo e da empresa contra a decisão dos trabalhadores, que tinha como objetivo ganhar o apoio da população. Assim, a greve durou seis dias.

O diretor do Consórcio Sim justificou suas dificuldades financeiras, mas assumiu demagogicamente o compromisso de atender as reivindicações. Foi o que a burocracia do sindicato precisava, para pôr fim à recente greve, semeando o terror das demissões, e alegando a Lei Antigreve, e a liminar da Justiça, de 14 de janeiro.

Como se vê, os trabalhadores dos transportes coletivos vêm demonstrando muita disposição de luta. Mas, esbarram em uma trava, que é a direção do sindicato e sua política de conciliação de classes. Trata-se de uma direção que se recusa a organizar a luta, que não trabalha pela vitória das greves, e que serve

de correia de transmissão da política patronal, do governo e da justiça no seio dos trabalhadores. A vanguarda que vem despontando nessas greves precisa tomar para si a tarefa de construir uma nova direção. Uma direção classista, que defende verdadeiramente as reivindicações dos trabalhadores e que rechace a política da colaboração de classes. Deve difundir a bandeira da estatização do Consórcio Sim, sem indenização, sob o controle dos trabalhadores.

(...) os trabalhadores dos transportes coletivos vêm demonstrando muita disposição de luta. Mas, esbarram em uma trava, que é a direção do sindicato e sua política de conciliação de classes. Trata-se de uma direção que se recusa a organizar a luta, que não trabalha pela vitória das greves, e que serve de correia de transmissão da política patronal, do governo e da justiça no seio dos trabalhadores.

Ato na Paulista**As centrais sindicais não se empenharam na mobilização**

No dia 3 de fevereiro, nove centrais se fizeram presentes no ato, conforme decisão da reunião acordada antes. Contou com cerca de 300 pessoas, na sua maioria dirigentes e delegados sindicais, que caminharam até próximo à Fiesp.

O tom dos discursos era de denúncia ao entreguismo e à política de desindustrialização da burguesia e do governo Bolsonaro. Os dirigentes lembraram da greve dos petroleiros e falaram do seu apoio. A CUT procurou justificar, certamente se referindo a pouca presença

de trabalhadores, que se tratava de uma primeira manifestação contra o governo e em defesa da democracia. O presidente da CUT, Sérgio Nobre, ao lado dos representantes do Comitê Sindical da Ford, disse que havia procurado Bolsonaro para falar sobre o fechamento da montadora, “mas ele não quis ouvir”. A Conlutas, por meio de seu dirigente Mancha, disse que se tratava de “ato simbólico para mostrar a Bolsonaro que ele não era bem-vindo em São Paulo”. O presidente do Sindicato dos Metalúrgi-

cos de São José dos Campos completou defendendo a indústria nacional e colocou que é preciso da greve geral para contrapor ao governo e às privatizações. Outras centrais discursaram referendando o calendário de mobilização, que inclui os atos regionais em frente ao INSS e o “Dia Nacional de Luta, em 18 de março.

O POR atuou com o Boletim Nossa Classe, “O que vem pela frente” e com o Manifesto, que publicamos na sequência.

A luta real contra Bolsonaro, seu entreguismo, as contrarreformas e em defesa do salário e emprego se dará por meio da greve geral por tempo indeterminado, e não da disputa eleitoral e parlamentar

As centrais sindicais convocaram uma manifestação na Av. Paulista (em frente ao MASP), no dia 03 de fevereiro, a partir das 9 horas da manhã, para realizar um protesto contra Bolsonaro. Ele estará na FIESP, para um almoço com seu presidente, Paulo Skaf, que, recentemente, declarou apoio ao governo. Segundo a direção da CUT, o protesto “terá como pauta a luta por empregos, contra os ataques à democracia, aos direitos dos trabalhadores e contra o desmonte do Estado”.

Ninguém pode duvidar da necessidade de erguer uma luta nacional unitária contra o entreguismo, as contrarreformas e em defesa do emprego e salário. Mas, os trabalhadores têm recente na memória o que a frente burocrática das centrais fez nas duas ocasiões em que a maioria nacional oprimida se levantou contra as reformas Trabalhista (2017) e da Previdência (2019). Ao invés de fundamentar a luta contra as reformas na ação direta das massas, na greve geral por tempo indeterminado, pela derrubada das contrarreformas de Temer e Bolsonaro, as direções desviaram as forças para a negociação e pressão parlamentar, enfim, para a conciliação de classes. Tomaram as propostas de contrarreformas dos governos como algo que não se poderia evitar, nem combater na sua totalidade, e passaram a discuti-las no campo estabelecido pelos governos e pelo parlamento. Desviaram as lutas para a disputa eleitoral e parlamentar, por meio da apresentação de emendas aos projetos governistas. O resultado foram as maiores derrotas já sofridas pelos assalariados, que não perderam para a repressão, nem para a falta de disposição de luta, nem esgotaram suas forças. Perderam por causa da traição das direções. É por causa disso que estão extremamente desconfiados das direções.

As derrotas estão sendo sentidas na pele, por meio da destruição de postos de trabalho, precarização, rebaixamento da média salarial, quase que impossibilidade de se aposentar. Boa parte dos oprimidos já percebeu que o governo Bolsonaro veio para favorecer ainda mais os capitalistas, de fora e de dentro do país, garantindo-lhes rentabilidade por meio do parasitismo financeiro, e maior lucratividade por meio da extrema superexploração do trabalho assalariado.

A frente burocrática que agrupa as direções das centrais sindicais, sejam elas de direita ou reformistas, decidiu chamar esta manifestação de 03/02 com uma pauta que é de grande necessidade para os oprimidos, mas que é tratada por essas direções de forma genérica, inconsequente, e voltada para a disputa eleitoral.

A real defesa dos salários e empregos não se dará por meio das eleições. Somente as lutas grevistas, que parem a produção social, poderão impor aos patrões a preservação dos empregos e salários.

A real defesa da soberania nacional depende da luta anti-imperialista: a unidade da maioria nacional oprimida, sob a direção e programa da classe operária, e com seus métodos próprios de luta e organização, será capaz de barrar o entreguismo desse e de qualquer outro governo. Lembremos que é muita hipocrisia falar de entreguismo quem votou pela entrega da base de Alcântara aos Estados Unidos (PCdoB).

A real luta contra as contrarreformas trabalhista e previdenciária passa pela organização da greve geral por tempo indeterminado. Se se pretende combater de verdade Bolsonaro, ao ponto de pô-lo abaixo, trata-se de derrotar suas contrarreformas e as de Temer. No entanto, vemos em estados governados por correntes que estão à frente das centrais sindicais a aplicação de reformas da Previdência, em alguns casos ainda mais profundas que as de Bolsonaro/Guedes/Congresso Nacional, e por meio de brutal repressão ao funcionalismo que se levanta em greve contra elas.

As denúncias sobre a economia, o entreguismo e os 13 milhões de desempregados são associadas por essas direções à necessidade de eleger um outro governo, que teria um outro “projeto de desenvolvimento”, no qual caberiam mais empregos, salários e direitos. Não as utilizam como meio de mobilizar massivamente, nas ruas e voltadas a construir uma greve geral por tempo indeterminado no país. Na boca dos burocratas, essas pautas servem de recheio ao discursismo de palanque eleitoral. Ao invés de convocarem a luta grevista, chamam os oprimidos a votar. Sob o objetivo estratégico de reconstituir um governo nacional reformista, bloqueiam a possibilidade de luta grevista nacional e unitária das massas.

Assim é que comparece a sua bandeira de “contra os ataques à democracia”. Não se trata da defesa das liberdades democráticas, entre elas, o direito irrestrito de greve e manifestação, que defendemos. Trata-se da defesa do regime democrático burguês, do qual fazem parte, por meio da disputa parlamentar. Está aí a razão de rechaçarem a organização de um combate a quem estava cozinhando o prato da reforma da Previdência – o Congresso Nacional. Teriam de se chocar e levar as massas a se chocarem com a cova de ladrões. Ou seja, a se chocarem com as próprias direções conciliadoras de classe, e que têm no parlamento um altar sagrado, intocável.

A violência dos ataques dos governos e dos capitalistas às massas é expressão da decomposição do modo de produção capitalista, que mergulhou na crise econômica mundial em 2008 e dela não se livrou. Ao contrário, todos os indicadores apontam para uma retomada da crise, com quebras financeiras em breve. Os governos e os capitalistas, com suas contrarreformas, prepararam o terreno para despejar todo o peso da crise que eles próprios criaram sobre os ombros das massas.

A defesa da vida da maioria oprimida depende de um amplo enfrentamento aos exploradores, seus partidos, governos e instituições. Esse enfrentamento é a tomada pelas massas da resolução de seus problemas pelas próprias mãos. A organização da greve geral por tempo indeterminado é uma necessidade imediata. Ela se choca com as políticas das direções burocráticas, que a temem mais que o diabo à cruz.

Romper com a política das direções burocráticas é romper com a política de colaboração de classes, que tem por trás o objetivo estratégico da reconstituição de um governo burguês de tinturas nacional reformistas. A política de independência de classe só pode se expressar na atual situação por meio da tática, métodos

de luta e formas organizativas próprios da classe operária. São expressão táctica da necessidade de constituir o governo operário e camponês, que virá por meio da revolução socialista, e jamais pela via das eleições.

Concretamente, o ponto de partida nesse caminho é organizar, a partir das amplas assembleias de base, formação e comandos de luta unitários, enfim, organização da greve geral por tempo indeterminado, que tenha como pauta a derrubada das contrarreformas, defesa dos direitos democráticos das massas de lutar pelas suas reivindicações, e ter seu emprego, salário e direitos assegurados.

Erguer o programa que seja capaz de expressar as necessidades mais sentidas, unindo-as ao objetivo da revolução socialista, esta é a tarefa da vanguarda classista.

Defendamos:

- Derrubada integral de todas as contrarreformas de Temer e Bolsonaro, Trabalhista, da Terceirização e da Previdência;
- Defesa da educação, saúde e demais serviços sociais públicos, fim da rede privada, sistemas únicos públicos e gratuitos, sob controle coletivo;
- Um salário mínimo vital, suficiente para o sustento de uma família trabalhadora, definido nas assembleias de base, reajustado automaticamente de acordo com a inflação, e reposição de todas as perdas anteriores;

Rio Grande do Norte

Com o mesmo discurso do Congresso e do governo Bolsonaro de que a previdência está quebrada, o governo Fátima (PT) impõe a reforma da Previdência

A minuta da reforma da previdência do governo Fátima para o Fórum dos Servidores do Estado (a composição de sindicatos) afirma que é preciso fazer uma reforma da previdência no estado do RN para garantir o pagamento dos servidores públicos da ativa e dos inativos. A proposta é igual à do governo Bolsonaro, pois se sustenta em três eixos: idade mínima, tempo de contribuição e a alíquota. A idade mínima e o tempo de contribuição é para dificultar a aposentadoria, e a alíquota, visa a redução salarial. A alíquota varia de 14% a 16% para ativos e inativos. Na minuta, a idade mínima é de 62 anos para a mulher e 65 anos para o homem, aumenta 5 anos para a mulher e 10 anos para o homem.

As alíquotas ainda não estão confirmadas, mas os sindicatos já anunciaram que não aceitam a alíquota para os aposentados, nem o escalamento da faixa salarial.

O governo Fátima se posa de democrático, enviando a minuta para o Fórum, mas na verdade já disse em nota que vai ter de fazer a reforma. A governadora petista está disposta a implementar o modelo de reforma da previdência de Bolsonaro, dizendo que não tem o que fazer pois a luta dos trabalhadores nacional foi derrotada no Congresso, se não implementar a Lei, o governo Bolsonaro cortará os recursos do estado como punição.

O Fórum dos Servidores organizou dois dias de greves: 3 e 4 de fevereiro com atos nos dois dias na Assembleia Legislativa. A maioria dos sindicatos do Fórum é dirigida pelo PT, que diz ser contra a Reforma da Previdência. O que vimos na luta nacional contra a reforma da previdência de Bolsonaro/Guedes/Congresso é que as direções não foram a fundo nas mobilizações, pois

- Emprego a todos, por meio da estabilidade no emprego, e escala móvel das horas de trabalho (divisão da jornada disponível entre todos os aptos ao trabalho, sem redução salarial);
- Moradia a todos – que nenhuma família fique sem teto – expropriação da indústria da construção civil, sob controle operário;
- Controle operário da produção – ocupação das fábricas que ameacem demitir;
- Terra aos camponeses pobres – fim do latifúndio, por meio da expropriação sem indenização – controle operário da produção agrícola;
- Não pagamento da dívida pública, expropriação do capital financeiro, sob controle operário;
- Rompimento com o imperialismo – expropriação das multinacionais, sob controle operário. Revogação da entrega da base de Alcântara;
- Fim de todas as privatizações e reestatização das já privatizadas, sob controle operário;
- Combate a todas as formas de opressão, por meio da luta unitária das massas contra os governos e os capitalistas;
- Defesa da constituição de um governo operário e camponês, que só poderá existir por meio da revolução proletária, assentado nas organizações de democracia operária das massas, e na destruição do Estado burguês e de todas as suas instituições.

contavam com os acordos parlamentares no Congresso, quando retiraram das ruas as forças dos trabalhadores e desviaram para o parlamento, prova disso foi o abaixo-assinado implementado pelo PT, PSOL e PSTU.

Na essência, o PT não era contra a Reforma da Previdência, desde que não fosse no modelo de Bolsonaro/Guedes. Tanto é que propôs emendas, por meio da oposição parlamentar (PT, PSOL, PDT, PSB).

Aprovada a Reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes/Congresso, o governo de Fátima (PT) implementa o mesmo projeto, utilizando os mesmos discursos do governo Bolsonaro. O PT se curvou diante da política de Bolsonaro uma vez que aplica a mesma Reforma da Previdência de Bolsonaro, que ataca o direito da aposentadoria com redução salarial.

Para não aceitar a contrarreforma de Bolsonaro/Fátima os trabalhadores devem levantar a bandeira de independência política. Para isso, o Fórum dos Servidores deve organizar as assembleias de base e comitês por local de trabalho para organizar a greve geral por tempo indeterminado, convocando todos os oprimidos para garantir que quem deve custear integralmente a previdência são os capitalistas.

- ***Abaixo a reforma da Previdência do governo do PT!***
- ***Independência política dos oprimidos!***
- ***Organizar a greve geral por tempo indeterminado, através de assembleias e comitês por local de trabalho!***
- ***Revogação imediata da reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes/Congresso!***

Rondônia

Combater com os métodos da luta de classes a destruição do IPAM

O Instituto de Previdência do Município de Porto Velho - IPAM - foi criado no início da década de 1990, sob a reivindicação dos servidores municipais por condições de vida e trabalho. Desde a sua criação, o atendimento aos servidores corresponde à Previdência e assistência médica. Não é a primeira vez que o IPAM vem sendo atacado pelos prefeitos. Na gestão Carlinhos Camurça, 1998 a 2004, houve o ataque à assistência médica de forma semelhante ao que hoje está acontecendo com o Instituto. Naquele momento, os servidores se levantaram em luta contra a destruição da assistência à saúde. Mas, não conseguiram barrar a ofensiva do prefeito, de aumento da contribuição dos servidores. Depois da aprovação da reforma da Previdência de Bolsonaro, Guedes e Congresso Nacional, os prefeitos retomaram os ataques aos Institutos de assistência aos servidores.

No final de 2019, os problemas se agravaram, como o não atendimento médico, cancelamento de consultas e descredenciamentos de atendimentos diversos aos servidores. Municipais. A luta em defesa do IPAM ganhou projeção. Nesse início de ano, ocorreram manifestações em 15, 17 e 21 de janeiro.

Se o IPAM está com dificuldades, os únicos responsáveis são os prefeitos. As denúncias de não repasse da contribuição patronal atingem os governos de diferentes matizes, sejam do PSDB, PT, etc. Basta lembrar que, na gestão Roberto Sobrinho, PT, no ano de 2009, a prefeitura não repassou a contribuição patronal durante 6 meses. Seguindo o exemplo do executivo, a Câmara de Vereadores, no ano seguinte, deixou de repassar a

contribuição de 7 meses. Vale salientar que essa sonegação do executivo e do legislativo, de Porto Velho, corresponde a contribuição patronal previdenciária e da assistência à saúde.

A realidade é que nunca se sabe se realmente a prefeitura repassa seu percentual de 7% sobre o salário de cada servidor. É preciso não esquecer que, quando o servidor se aposenta, mas necessita do atendimento à saúde pelo IPAM, tem um desconto de 3% a mais, ou seja, 10% sobre seu salário. Reafirmamos: se há rombo na Previdência municipal, os responsáveis são os governantes, que, além de saquear as contas, não depositam a sua cota-parte. Faça chuva ou faça sol, o percentual da alíquota do servidor é descontado do seu contracheque e, se passar por algum atendimento de assistência saúde, ainda aparece desconto do elemento moderador que, a cada atendimento, corresponde um percentual de desconto.

A militância do Partido Operário Revolucionário denuncia a destruição do IPAM. Interveio nas manifestações combatendo a reforma de Previdência de Bolsonaro, dos governadores e dos prefeitos, defendendo o IPAM sob o controle integral dos servidores, e lutando em defesa do direito a todos se aposentarem, da saúde e das condições de vida e trabalho da maioria explorada. O POR tem ressaltado no movimento de que a defesa consequente do IPAM depende da luta unitária dos trabalhadores contra as reformas da Previdência e trabalhista. O que significa exigir que as centrais e sindicatos organizem imediatamente a greve geral.

Rio Grande do Norte

Frente Municipal de Lutas ocupa prefeitura

No dia 15 de janeiro, ocorreu a audiência entre a Frente Municipal de Lutas de Ceará-Mirim e o prefeito da cidade, Júlio Cesar (PSD), com o objetivo de apresentar as reivindicações dos setores que compõem a Frente. É o caso da comunidade Formigueiro, dos mototaxistas e do assentamento de São Sebastião I.

Ao ouvir as reivindicações dos diferentes setores, a posição do Prefeito foi a de querer menosprezar a Frente, sob a justificativa de que o movimento da Frente queria “politizar” suas ações, no sentido burguês do termo. Acontece, porém, que a Frente não fez e não faz jogo político com nenhum governo de turno. Ao contrário, assenta-se na resolução dos problemas imediatos dos explorados, que a procuram, com independência de classe, cujo método de ação direta é a via em que tais setores, cada vez mais, estão vendo, na prática e com a orientação da política revolucionária (POR), como único meio de conquistar as reivindicações.

Sobre os mototaxistas, o prefeito, ao mesmo tempo em que garantiu demagogicamente o cumprimento da reivindicação

de não perseguição à categoria, fez uma ameaça velada de que haverá a fiscalização de trânsito, o que na prática tem acontecido. O fato de acentuar a fiscalização, com o claro objetivo de perseguição aos trabalhadores mototaxistas, em detrimento da não resolução dos problemas de regularização da categoria, demonstra a indisposição do prefeito de atender as demandas desse setor, fato que foi aplicado, na prática, no dia seguinte à audiência, quando houve uma campanha de difamação na imprensa policialesca contra os mototaxistas, com direito a entrevistas aos representantes dos mototaxistas ditos “legais”, por meio das quais chamam os demais mototaxistas lutadores de “bandidos”.

Vale esclarecer que esta representação de burocratas vendidos, em conluio com o prefeito, atua em um suposto sindicato, mas não representa a grande maioria dos mototaxistas, e age no intuito de cooptar os mototaxistas “legalizados”, a fim de garantir os interesses mesquinhos da casta burocrática. Ludibrium, pois, os “legalizados”, para atuarem contra os empregos dos mototaxistas, que não têm condições de arcar com

os custos de cursos e de documentação para se tornarem “legais”. A tarefa de exigir o “Direito de Resposta” na imprensa às mentiras reproduzidas fortalece a disposição da categoria em se organizar para realizar ações mobilizadoras, em unidade com os demais setores da Frente, já que os problemas entre os setores são comuns (água, desemprego, serviços públicos, etc.), bem como promover ações independentes, como vídeos, panfletagem, etc. Cabe à Frente atuar, também, para superar as divisões da categoria, a fim de apontar que o inimigo dos explorados é um só: a burguesia e seus agentes (governos e burocratas vendidos).

O assentamento de São Sebastião I também fez parte da audiência, tendo como reivindicação principal a exigência de água encanada. Faz 20 anos que essa comunidade conquistou o direito à titulação de terra, mas, até hoje, ainda sofre com a falta de água encanada. Os moradores da comunidade são obrigados, inclusive, a pagar caro por caminhões pipas, ou usam como podem de água salobra de poços artesanais. Até então, havia a promessa de um “projeto” de abastecimento da água no assentamento, mas, na audiência com o prefeito, este avisou que haverá um outro projeto a ser feito, alegando que o atual não era suficiente para atender à demanda. Encaminhou-se, então, uma outra audiência com o secretário do SAAE (estatal de serviços de água e esgoto de Ceará-Mirim). Na ocasião, o secretário não dispunha de prazos, argumentou que o atendimento da reivindicação depende de “disponibilidade financeira”, além de se negar que o SAAE arque com os custos dos caminhões pipas, jogando a responsabilidade para outra secretaria. Vale lembrar que o tal secretário, quando era candidato a prefeito, prometera água às comunidades, mas, na condição atual de burocrata, age com a costumeira protelação dos governos. Somente sob a pressão da Frente, na ocasião da

audiência, foi obrigado a dar um prazo para o início das obras, que ficou para o dia 27/01. Esse prazo, porém, não foi cumprido, o que levou a comunidade a aprovar, em assembleia, novos encaminhamentos de luta.

Em relação à comunidade do Formigueiro, as demandas foram a exigência da tarifa social de água, calçamento das ruas da comunidade, bem como a titulação das casas. No entanto, o prefeito nada falou de concreto para atender as reivindicações. Sabe-se, por outro lado, que há um conluio do prefeito com uma suposta liderança local da comunidade, onde houve uma

A persistência das reivindicações não atendidas condiciona a dinâmica da Frente com os setores que a integram, que é a de organização permanente, com realização das assembleias em cada setor, e reuniões semanais de representantes de toda a Frente.

articulação oportunista, com o objetivo de se potencializar eleitoralmente, em troca de promessas ou de migalhas. A comunidade não pode cair na lábia do prefeito, pois, a experiência mostra que os oportunistas de plantão tentam ludibriar os explorados, com promessas, a fim de se potencializarem eleitoralmente, e nada cumprem, quando muito, concedem as migalhas de sempre, sem revolver a fundo os reais problemas. O fato é que os problemas do Formigueiro ainda não foram resolvidos, o que coloca a necessidade de a comunidade se manter organizada.

A persistência das reivindicações não atendidas condiciona a dinâmica da Frente com os setores que a integram, que é a de organização permanente, com realização das assembleias em cada setor, e reuniões semanais de representantes de toda a Frente. Tal dinâmica proporciona o amadurecimento político de que os problemas somente podem se resolver com independência de classe, por meio do método da ação direta, o que facilita a inserção da política revolucionária.

Escândalo das notas erradas do ENEM e a capitulação das correntes de esquerda

No dia 17 de janeiro, o MEC divulgou oficialmente o resultado do ENEM 2019 (Exame Nacional do Ensino Médio), que contou com quase 4 milhões de jovens inscritos, disputando um reduzido número de vagas nas universidades públicas. O erro nas notas de quase 6 mil candidatos em algumas cidades (ao que tudo indica por aplicação errada do gabarito) e os desdobramentos do caso permitiram ver como as correntes que atuam no movimento estudantil, incluindo as que se reivindicam mais à esquerda do reformismo petista e do estalinismo pectedobista, têm se afastado da luta pelos interesses gerais dos estudantes e da juventude oprimida.

O erro nas notas do ENEM, confirmadas pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), levou a uma enxurrada de denúncias com mais de 170 mil queixas ao próprio INEP. O Ministério Público, provocado por entidades diversas, acionou a justiça federal paulista que proibiu o governo de divulgar os resultados do SISU enquanto não fossem apuradas as causas do erro e sua correção. O gover-

no, num contragolpe, derrubou a liminar no STJ, no dia 28/01, e divulgou o SISU, atacando os queixosos como esquerdistas ou mesmo levantando a hipótese de ‘sabotagem’ no processo. Os erros nas notas do ENEM (que o governo por fim, lançou sobre a gráfica contratada), enfraqueceram Weintraub e jogaram por terra seu pedante pronunciamento de que o exame de 2019 teria sido “o melhor de todos os tempos”.

A UNE e a UBES - dirigidas pelo PCdoB, que integra a oposição burguesa ao governo Bolsonaro - criticaram o MEC em seu site com um artigo intitulado “**Balbúrdia no Enem: UBES aciona MPF para auditoria e indenização**”. Nele diz que “as entidades estudantis UBES, UNE e ANPG haviam entrado com requerimento no Ministério Público Federal na terça-feira (21/1), pois milhares de pessoas reportavam ao Inep e às entidades erros na correção de suas provas, o que o Ministério da Educação confirma que aconteceu em quase 6 mil casos”. O site registra a fala do presidente da UNE, Iago Montalvão, para quem “Essa prova diz respeito ao sonho de milhares de estudantes para ingressar no ensino

superior, por isso vamos lutar por justiça para todos que fizeram a prova”, e do presidente da UBES, Pedro Gorki que diz: “além da revisão das avaliações, as entidades pedem uma auditoria para avaliar a condução do Enem pelo Ministério da Educação e pelo Inep. ‘Precisamos saber se houve improbidade administrativa’”. Por fim, coloca-se pelo ‘Fora Weintraub’ e a necessidade de organizar manifestações de protesto contra a falha no Enem.

O PT em seu site nacional, estampou matéria com o título “‘Balbúrdia’ de Weintraub no Enem prejudica estudantes de todo o país”, onde critica o ministro pelo descaso e o governo por comprometer o futuro de milhares de estudantes. Seguindo as recomendações de Lula, sequer levanta a bandeira do ‘Fora Weintraub’.

Ao invés da defesa do “fim dos vestibulares/ ENEM e livre acesso ao ensino superior”, as correntes mostraram-se defensoras do ENEM e avessas à tarefa do livre acesso.

Já o PCO, em seu site, diz que: “Está claro que isso faz parte do plano de sucateamento da educação promovido pelo governo. O Enem é uma porta de entrada que possibilita o ingresso da população na universidade, deixando claro — mais uma vez — que o objetivo dos fascistas é acabar com a educação pública e, consequentemente, com as poucas oportunidades do povo de obter educação formal.” Conclui dizendo que: “Bolsonaro e sua equipe são fascistas que não merecem nem um tipo de compaixão” e que “É preciso organizar uma aliança entre a juventude e a classe operária para lutar por um ensino público de qualidade, levantando a palavra de ordem Fora Bolsonaro”.

Com o título: “**Mais uma tragédia na educação**”, o PSTU se posiciona: “O Enem é questionado desde que nasceu, com os mesmos problemas que os vestibulares já apresentavam. Um grande emaranhando de questões que visa decidir o futuro dos jovens: um ou dois dias para decidir quem sabe ou não sabe. Isto é conhecimento? Uma prova de múltipla escolha não é um atestado de conhecimento, este processo é muito mais profundo.” O articulista Gustavo Olímpio conclui, inacreditavelmente, dizendo que: “A solução para o problema do acesso às universidades é o aumento do investimento e a valorização da Educação Básica (Ensino Infantil, Fundamental e Médio), com a garantia de que todos pudessem aprender com igual qualidade.”

O MRT posicionou-se por meio da juventude faísca com uma nota intitulada “**Nenhum estudante prejudicado pelo descaso de Bolsonaro e Weintraub: investigação indepen-**

dente dos erros no ENEM”. Depois de historiar o problema, explica que defende a reivindicação de “fim do vestibular e estatização das universidades privadas”, mas não a aplica no caso concreto do escândalo das notas do ENEM. **Concluem dizendo:** “Por tudo isso, frente aos erros no ENEM, defendemos a necessidade de uma investigação independente com a participação das entidades estudantis, sindicais, professores e representantes dos movimentos sociais para assegurar que de fato se busque resolver o drama de milhares de estudantes e a garantia da lisura do processo o mais rápido possível.” **Coloca-se também pelo “Fora Weintraub”.**

Posição da Corrente Proletária/POR

Toda a história da educação brasileira dos últimos 50 anos testemunha o número espetacular de jovens que não conseguem ter acesso ao ensino superior (e em grande parte dos casos, até mesmo ao ensino médio). Mais de 85% destes (entre 18 e 24 anos) estão foras das universidades. A verdade é que apenas uma minoria consegue ingressar e concluir ensino superior, geralmente juventude burguesa e uma parte da pequeno burguesa.

A crise gerada pelo caso da falha das notas criou condições mais do que favoráveis para a denúncia do ENEM como exame que condena a maioria dos jovens proletários e camponeses (especialmente pobres e negros) a nunca ter acesso a esta modalidade de ensino; e a explicar que, na fase imperialista do capitalismo, a burguesia brasileira jamais realizará a tarefa de acesso a todos ao ensino, em todos os níveis. Ao invés da defesa do “fim dos vestibulares/ENEM e livre acesso ao ensino superior”, as correntes mostraram-se defensoras do ENEM e avessas à tarefa do livre acesso. Aparecem como defensoras da política reformista, que apenas advoga um maior acesso à universidade, sem resolver o problema de dezenas de milhões de jovens penalizados. A bandeira levantada pelo PSTU (e compartilhada em quase toda parte) de maior investimento na educação básica como via para facilitar o acesso às universidades/faculdades é uma fraude odiosa e mostra como as correntes estão distantes da posição proletária, que toma para si a defesa democrática do livre acesso.

Diante da atual crise nas notas do ENEM, o POR denuncia a capitulação das esquerdas e convoca os estudantes a defenderem o livre acesso, o que só será possível com estatização do ensino privado e a constituição de uma rede única de ensino, pública, gratuita, laica e sob controle de quem estuda e trabalha.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

O nono número da Revista Proletária revela os fundamentos ideológicos e objetivos econômicos que estão na base do avanço ao obscurantismo, à militarização e à privatização em todos os níveis do ensino. Desenvolve, fundamentalmente, as bandeiras e os métodos que estão na base do programa do proletariado, para construir uma nova educação produto da revolução proletária, e da construção do socialismo.

nº 9
Set 2019

Apeoesp

Assembleia aprovou o “Dia nacional de luta”

Em assembleia ocorrida no dia 4 de fevereiro, em frente à Alesp, a Apeoesp aprovou a participação no dia nacional de greve do funcionalismo, indicado pela CUT e outras entidades. Antes do ato, os professores farão a sua assembleia na Pça. da República. A ideia é subir em marcha até a Av. Paulista e se juntar às demais categorias.

O problema é que existiam propostas intermediárias de calendário, refletindo a compreensão de que não havia motivo para dar mais de um mês de trégua aos governos, que só têm despejado ataques e mais ataques sobre a categoria. A questão, portanto, expressava uma divergência mais profunda. O que se vê é que a direção do sindicato (Articulação/PT) está anunciando um plano de lutas formal, pois a sua prioridade são as disputas eleitorais, tanto dos sindicatos, aí incluída a da própria diretoria da Apeoesp, quanto para prefeitos e vereadores, no segundo semestre.

Duas outras reuniões, que antecederam a assembleia, deram elementos suficientes para se chegar a essa conclusão. Uma delas foi o II Seminário do Macrossetor do Funcionalismo Público, ocorrido no dia 29 de janeiro. Nessa instância, se aprovou o calendário que contém o 8 de março (questão da mulher), 18 de março e 1º de maio, entre outras questões mais pontuais. Para o segundo semestre, porém, o presidente da CUT-SP, Douglas Izzo (também da ArtSind), disse que a “prioridade” era a “disputa de hegemonia na sociedade” – leia-se eleição. Esse calendário foi referendado três dias depois na Plenária do 15º Congresso Estadual da CUT, quando foi aprovado a velha e demagógica “plataforma da classe

trabalhadora que será entregue aos candidatos às prefeituras nas eleições deste ano”.

Vale destacar a aprovação, no Seminário do Macrossetor, de uma resolução favorável a se realizar uma plenária estadual do funcionalismo no dia 18 de fevereiro. A proposta, apresentada pelo próprio Douglas Izzo, poderia ser um passo na unificação com os servidores. Por essa razão, a Corrente Proletária na Educação a defendeu na assembleia da Apeoesp. Curiosamente, a mesma corrente do presidente da CUT estadual decidiu boicotar a proposta, sendo que sequer foi colocada à votação na assembleia. Na mesma toada, a assembleia rejeitou uma proposta de ato público no dia 19 de fevereiro. Que visava a ganhar as ruas contra a reforma da previdência de Doria e as demais reformas de Bolsonaro-Guedes.

Diante disso, só dá para concluir que a categoria segue refém da política imobilista e eleitoreira da Articulação/PT. Daí a necessidade de uma virada, que só pode se concretizar através de um amplo trabalho de mobilização desde as bases. É preciso convencer o professorado de que a luta é o único caminho e que, para derrotar as contrarreformas e defender os salários e os direitos, será preciso superar a burocracia sindical através das assembleias e dos atos massivos. A passividade favorece as manobras por parte dos burocratas, além de facilitar para o governo seguir nos atacando.

A Corrente Proletária denunciou a via pacífica, a pressão parlamentar e as manobras jurídicas como o caminho para a derrota. Defendeu, em contraposição, a luta unitária dos trabalhadores e a importância do método da ação direta.

Manifesto

Corrente Proletária na Educação

Manifesto da Corrente Proletária na Educação ao Congresso Estadual da Apeoesp

Aos delegados(as),

Companheiros, é preciso que o XXVI Congresso da Apeoesp / VII Conferência de Educação façam um severo balanço das contrarreformas aprovadas pelos governos e, sobretudo, da atitude das direções diante dessa ofensiva dos capitalistas. Há ainda várias medidas de flexibilização capitalista do trabalho, esperando para serem aprovadas, e precisamos estar preparados para enfrentá-las.

Os governos têm atacado direitos históricos dos trabalhadores, descarregando o peso da crise do capitalismo sobre os ombros dos explorados. Dentre as várias medidas aprovadas, as mais duras foram, sem dúvida, as contrarreformas trabalhista e previdenciária. Mas, ainda há uma extensa lista de ataques sendo preparada pela burguesia, como as reformas administrativa e tributária. Os alvos principais são a estabilidade do funcionalismo, quinquênio, sexta-parte e outros direitos, além

do congelamento das promoções, e a proposta de diminuição da jornada com diminuição de salário. Tudo isso vem a somar com o altíssimo nível de desemprego, e o arrocho salarial.

As massas demonstraram uma enorme disposição de luta, como se pôde verificar nas duas greves gerais, de 2017 e 2019. Só não puderam avançar, devido ao freio imposto pela frente burocrática, composta pelas direções das centrais e dos principais sindicatos do país. A tarefa que foi colocada era a de enfrentar as medidas patronais com a greve geral por tempo indeterminado, porém, a frente burocrática desviou o combate para o campo das emendas parlamentares. Não há outra forma de caracterizar essa ação, a não ser como traição!

Para piorar o quadro, nos estados, os governadores estão desdobrando a reforma da Previdência, modificando para pior os sistemas próprios de aposentadoria, e atacando outros direitos. Cabe uma menção especial, nesse ponto, ao papel sujo

jogado pelos governadores do chamado “campo progressista”, os petistas Camilo Santana (CE), Fátima Bezerra (RN), Rui Costa (BA) e Wellington Dias (PI), além do Flávio Dino (PCdoB, Maranhão). Todos eles têm aplicado os planos “de ajuste”, ditados pelo capital financeiro e pelo governo Bolsonaro, o qual, durante as eleições, e em discursos mais inflamados, foi e ainda é tachado de “fascista”.

Enquanto isso, os professores seguem padecendo de todo tipo de problemas, sendo o principal deles o profundo arrocho salarial. Em São Paulo, a experiência se tem encarregado de demonstrar o erro da direção da Apeoesp, ao depositar todas as fichas na judicialização da disputa com o governo. No chão-de-escola, os 10,15% já viraram motivo de chacota. Restou apenas a memória da fotografia vergonhosa da presidente do sindicato, ao lado do então governador Márcio França, e da ministra do Supremo, Carmen Lúcia, em audiência no STF sobre o reajuste. O fato é que as perdas acumuladas em todos esses anos de congelamento salarial são imensas.

O mesmo erro de confiar na luta por dentro das instituições burguesas prossegue na atual conjuntura. A direção tem alimentado a ilusão na possibilidade de barrar a reforma da Previdência do Doria através das liminares e ações judiciais. Chegou a fazer demagogia em torno do adiamento da votação na Alesp, dizendo que havia sido uma “vitória da luta”, quando todos sabem que a mobilização no final do ano passado foi pífia. A contrarreforma não foi votada por uma combinação de fatores, entre eles, a disputa interburguesa ao redor dos impactos sobre os orçamentos municipais, etc.

Já no começo deste ano, veio a agonia do processo de atribuição de aulas. Como tem sido há muito tempo, os professores categoria F e O tiveram de batalhar nas Diretorias de Ensino para conseguirem pegar aulas. A novidade foi o rechaço ao Inova SP, demonstrado pela dificuldade do governo para atribuir as aulas do Programa, chegando ao ponto de permitir, até quem não tinha feito o curso de formação, assumir as turmas – revelando, por sua vez, a farsa do tal “curso”. O professorado já se convenceu de que o Inova SP é só mais um programa demagógico, como os muitos outros que o antecederam.

Na prática, as escolas continuam sucateadas, os estudantes esquecidos, e os trabalhadores abandonados à própria sorte.

E aqui está o aspecto fundamental, sobre o qual este Congresso precisa se debruçar: o sucateamento da Educação atinge em cheio os trabalhadores e a juventude oprimida. O país tem padecido com o avanço da barbárie capitalista. Cresce a violência, em suas múltiplas formas, como a fome e o desemprego. Uma pesquisa recente demonstrou o crescimento avassalador do número dos moradores sem-teto. O aumento das tarifas de transportes comprime os salários e se soma ao aumento geral do custo de vida. Já são cerca de 11 milhões de jovens que nem estudam, nem trabalham. Está aí um fabuloso potencial humano desperdiçado pelo capitalismo em decomposição.

Está na hora de superar os equívocos cometidos, em particular a política de conciliação de classes aplicada pelas direções, e trabalhar para colocar em pé a greve geral. As centrais e principais sindicatos, aí incluída a Apeoesp, precisam rejeitar o calendário formal, aprovado na plenária do Congresso Estadual da CUT, votando um verdadeiro

plano de combate às contrarreformas, em defesa dos empregos e dos salários. A aprovação de um “Dia Nacional de Mobilização” (18 de março), restrito ao funcionalismo, tal como foi aprovado pela CUT, não será capaz de reverter o quadro de ataques que temos sofrido. O caminho do pacifismo, da pressão parlamentar e do eleitoralismo só pode ter como fim a derrota dos trabalhadores.

É preciso que a classe operária tome a frente da paralisação geral, parando a produção. Somente com o método da ação direta conseguiremos impedir o avanço da direita reacionária e seus planos, antipopular e antinacional. É urgente a construção de uma greve geral por tempo indeterminado, partindo das

reivindicações de defesa do emprego e do salário, que possibilitam a mais ampla unidade. A Corrente Proletária na Educação defende que os oprimidos tomem esse plano de luta como ponto de partida, em choque com o Estado burguês, e aponta a necessidade de fazer a ponte com o programa geral de destruição do capitalismo e construção do socialismo, instaurando um governo operário e camponês, a partir da revolução proletária.

Está na hora de superar os equívocos cometidos, em particular a política de conciliação de classes aplicada pelas direções, e trabalhar para colocar em pé a greve geral. As centrais e principais sindicatos, aí incluída a Apeoesp, precisam rejeitar o calendário formal aprovado na plenária do Congresso Estadual da CUT, aprovando um verdadeiro plano de combate às contrarreformas, em defesa dos empregos e dos salários.



CORRENTE PROLETÁRIA
NA EDUCAÇÃO

Ao 39º Congresso do ANDES-SN: Avaliar o que foi feito e organizar as próximas lutas

O 39º Congresso do ANDES-SN ocorre em uma conjuntura de profundos ataques contra as instituições de ensino e a educação, e contra os direitos e conquistas do conjunto dos trabalhadores no Brasil e no mundo. Todas as análises de conjuntura partirão desta constatação. Os fenômenos do capitalismo em crise tornaram-se mais evidentes, e suas manifestações, mais profundas.

A questão para o movimento docente, bem como para os trabalhadores em geral, é não apenas reconhecer e descrever tal quadro, mas atuar sobre a luta de classes que se projeta em função desta conjuntura, avaliando as derrotas, as traições e os erros ocorridos, superando os impasses colocados pelas direções dos movimentos, e organizando os próximos passos para que as lutas que, inevitavelmente, surgirão possam servir de resistência aos ataques e às contrarreformas, e ganhar terreno na luta anticapitalista e anti-imperialista.

Superar os impasses e ilusões

A realidade que temos pela frente é dura: como combater as Reformas Trabalhista e da Previdência já aprovadas, como barrar as Reformas Sindical e Administrativa em curso, como reverter a política educacional de destruição das universidades, das escolas e da educação pública em geral e, por fim, como conquistar a unidade de todos os explorados para fazer frente a esse quadro de ataques. A esta situação concreta é que o 39º Congresso deve dar uma resposta.

Não duvidamos de que a maioria absoluta dos participantes deste Congresso tem em mente esta responsabilidade: avançar na organização da luta, para fazer frente a esta conjuntura. Para isso, é preciso avaliar o que foi feito, e as respostas já dadas.

As Reformas de Temer e Bolsonaro obrigaram a uma unidade burocrática das centrais sindicais. CUT e Força capitalizaram a organização das mobilizações e greves gerais que ocorreram em 2017 e 2019. A CSP-Conlutas, bem como nosso sindicato, estiveram subordinados, de forma minoritária, à frente burocrática, em função das divisões organizativas do passado recente. As maiores centrais sindicais, como desenvolvemos em nossas contribuições, traíram os movimentos, enfraqueceram as greves gerais e, assim, conduziram à derro-

ta. A aprovação das contrarreformas, os ataques aos direitos, a ofensiva aos serviços públicos e ao funcionalismo não são o resultado direto e natural da crise capitalista; são também o resultado da política de conciliação de classes, que se manifesta, não só nas eleições, mas também no interior das lutas, dos movimentos e dos sindicatos.

A divisão interessa à burguesia, ao Estado capitalista e aos burocratas corrompidos que vivem dos aparatos. É preciso fazer um balanço da política divisionista que existiu no passado, e hoje se reatualiza com o fracasso político e organizativo da CSP-Conlutas. (...) A integração, de forma subordinada, à frente burocrática que traiu as greves gerais contra as reformas Trabalhista e da Previdência, sem denunciar a colaboração das direções majoritárias com a efetivação dessas contrarreformas, anulou a possibilidade de que a CSP-Conlutas expressasse ainda que parcialmente a independência política.

Assim, um primeiro impasse que correntes, partidos, grupos e mesmo a Direção de nossa entidade se coloca advém da separação mecânica entre a descrição das ações dos governos (sejam nacional-reformistas ou populistas, sejam direitistas ou ultra-direitistas), e a ação das direções dos movimentos, dos sindicatos, das centrais.

Há uma unidade em termos de colaboração, no atual momento, entre a ação dos capitalistas e seus governos, e a ação das direções dos trabalhadores. Esta unidade impede que separemos artificialmente o “conservadorismo” e os ataques dos governos de plantão da traição que as direções têm efetivado, da colaboração com os ataques. Se é verdade que a CUT e a Força Sindical (para citar as maiores centrais) são corresponsáveis pela aprovação das contrarreformas, não é menos verdade que a política que a CSP-Conlutas representa, por um lado divisionista, por outro, subordinada à aliança das maiores centrais que traíram as massas, e na qual mergulharam diferentes grupos, partidos e a Direção do ANDES-SN, também é parte do processo de derrota que os trabalhadores enfrentaram e enfrentam na atualidade.

Nosso primeiro passo para superar esse impasse é lutar contra a ilusão construída ao longo do último período: não são “novas” formas organizativas que vão permitir resistir à ação dos diferentes governos. Hoje e desde sempre, a unidade orga-

nizativa e política dos explorados é um princípio dos lutadores classistas.

A divisão interessa à burguesia, ao Estado capitalista e aos burocratas corrompidos que vivem dos aparatos. É preciso fazer um balanço da política divisionista que existiu no passado, e hoje se reatualiza com o fracasso político e organizativo da CSP-Conlutas.

A integração, de forma subordinada, à frente burocrática que traiu as greves gerais contra as reformas Trabalhista e da Previdência, sem denunciar a colaboração das direções majoritárias com a efetivação dessas contrarreformas, anulou a possibilidade de que a CSP-Conlutas expressasse ainda que parcialmente a independência política.

Hoje, petistas e outros reformistas vão atacar a divisão, mas vão obscurecer o papel dos governos petistas, que mantiveram aberto o caminho das contrarreformas e desarmaram o movimento de massas com a estatização e burocratização de suas organizações. Ocultarão o papel da CUT nas recentes derrotas do proletariado brasileiro. Trata-se, como se vê, de uma farsa para combater a direção do ANDES-SN, que embarcou na aventura divisionista, e agora se encontra em um impasse diante de suas bases e diante das correntes e partidos (PCB e PSOL), que buscam manifestar novas divisões.

O caminho mais fácil, como estabelecer uma nova ruptura, agora com a CSP-Conlutas, e deixar o nosso sindicato "solto", a exemplo do que aprovou recentemente a direção do SINASEFE, é também contribuir para que os ataques e as contrarreformas continuem avançando no próximo período.

Qualquer discussão organizativa ou de método passa pela avaliação da política empreendida, dos caminhos já tomados. É preciso partir do balanço da existência das traições e das derrotas que os trabalhadores no país sofreram. Com efeito, deve-se avaliar o papel das centrais, antes e agora, sem perder os elos entre a estatização, o burocratismo e o fenômeno do divisionismo. O fato é que as direções, dos partidos de esquerda, das centrais sindicais, de nosso próprio sindicato, buscaram sempre os caminhos mais fáceis a serem tomados. Derrotar, por exemplo, a direção cutista era e ainda é uma tarefa para todos os militantes classistas, que não se isolam em suas lutas corporativistas, e entendem que o ataque ao funcionalismo, por exemplo, está intimamente ligado ao ataque à classe operária, ou que a Reforma Sindical proposta é parte da nova configuração que a exploração do trabalho assume, com a Re-

forma Trabalhista aprovada.

A avaliação e o balanço desse processo histórico e das derrotas sofridas são parte, portanto, de nossa luta para erguer a mobilização e a luta para 2020. Nesse sentido, precisamos também avaliar nossas forças e apontar as lutas que podemos, com estas forças, empreender, como a organização da greve nas instituições de ensino, dirigidas por nosso sindicato. A organização da greve na educação é parte da luta para retomar a Greve Geral, colocando, na prática, uma ação geral sobre o movimento sindical e dos trabalhadores.

Devemos também, no interior da CSP-Conlutas, defender a necessidade da unidade organizativa e política do proletariado brasileiro, o que significa voltar a travar uma luta com a burocracia cutista, forcista, para erguer uma Única Central do conjunto dos trabalhadores do país, constituída a partir da derrocada das direções burocráticas, colaboracionistas ou direitistas, e por meio da mais ampla democracia operária.

De fato, é ilusória a saída apontada por vários agrupamentos e pela própria Direção, de que um novo "Fórum", um novo "Encontro da classe trabalhadora" podem dar conta do problema da divisão do movimento sindical brasileiro, e estar à altura para responder a esta realidade dura que todos nós conhecemos. O caminho mais fácil, como estabelecer uma nova ruptura, agora com a CSP-Conlutas, e deixar o nosso sindicato "solto", a exemplo do que aprovou recentemente a direção do SINASEFE, é também contribuir para que os ataques e as contrarreformas continuem avançando no próximo período.

A vanguarda classista que nosso sindicato comporta deve tomar nas mãos a tarefa de combinar a luta contra as contrarreformas com a luta para derrotar as direções burocráticas da CUT, da Força Sindical, e buscar a unidade. Isso se faz com ação política, organização da greve em nossas bases, e com a defesa do programa proletário, de defesa da unidade organizativa de todos os explorados, o que deve se iniciar a partir da CSP-Conlutas. Só assim será possível se contrapor às tendências desagregadoras que as sucessivas derrotas têm imposto à nossa categoria, bem como ao conjunto dos trabalhadores, e às falsas promessas e ilusões que os reformistas querem novamente erguer, diante do governo ultra-direitista de Bolsonaro.

Assim, defendemos:

1. Retomar a propaganda e agitação em torno da Greve Geral, a partir da construção da greve na Educação;
2. Responder ao divisionismo sindical com a política da unidade política e organizativa de todos os explorados;
3. Rejeitar a tentativa de retorno do ANDES-SN à CUT, por expressar uma disputa aparelhista, e não voltada à superação da fragmentação do movimento sindical e operário.
4. Lutar pela realização de um Congresso de Unificação de todos os trabalhadores do país, a partir de suas reivindicações elementares, da democracia e dos métodos próprios da classe operária.
5. Que o Andes se posicione por um congresso da CSP-Conlutas que tenha por objetivo discutir e decidir sobre a defesa de uma única central classista, independente e democrática.



Responder aos ataques à Educação pública e ao funcionalismo

Depois da contrarreforma da Previdência, o governo Bolsonaro pretende avançar sobre os serviços públicos com a chamada “Reforma Administrativa”. Vimos o que significou, em 2019, a política de bloqueios e cortes de gastos para as universidades e institutos federais. Os governos estaduais seguem a diretriz do governo federal. Há um só plano que caminha para maior mercantilização e privatização da educação.

Do mesmo modo, compreendemos o que representa a PEC Emergencial, que descarregará sobre as costas do funcionalismo todo o peso da crise do Estado. Todos temos claro o projeto do governo, e sabemos o quão necessário é lutar para barrar esta política, daí a necessidade objetiva de organizar a greve da educação como um elo para a greve do funcionalismo e para a retomada da Greve Geral.

Nesta conjuntura, as reivindicações contra as medidas do governo são o ponto de partida, mas é necessário, também em função dessa conjuntura, apontar para as reivindicações e um programa mais geral de luta contra o sistema capitalista. Nesse sentido, por exemplo, a recente nomeação do Reitor do Mackenzie para a presidência da CAPES põe às claras a impossibilidade da coexistência pacífica entre o ensino público e o privado. FIES, PROUNI, Future-se, bloqueios e cortes nas pesquisas e nos projetos fazem parte de uma mesma lógica privatista, que não só impede que a educação pública se expanda, como progressivamente atua para destruí-la. Esta é uma constatação que coloca a necessidade de que as reivindicações elementares se unam às gerais, tanto na propaganda quanto na agitação, em cada uma de nossas lutas. A bandeira de um Único sistema público de ensino, gratuito, laico deve então aparecer com força, e servir de eixo de nossa luta, porque responde, não só aos ataques imediatos dos governos, como à política geral dos capitalistas.

A compreensão da relação entre as reivindicações elementares e as gerais também deve nos colocar diante do problema do método das lutas. A luta para derrotar o conjunto de medidas contra a educação e os ataques contra o funcionalismo e os trabalhadores em geral passa também pela organização da unidade dentro e fora das instituições de ensino. A pressão parlamentar, a ação junto às reitorias, a divisão entre estudantes e trabalhadores, nada disso favorece o caminho a ser trilhado para resistir aos ataques e às contrarreformas.

Se a greve das instituições de ensino pode ser um caminho imediato para apontar a necessidade da Greve Geral e resistir aos ataques contra a Educação pública, é preciso organizá-la de modo a apontar, desde o início, a unidade com outros setores, com o conjunto de trabalhadores que também enfrentarão ataques dos capitalistas e dos governos, e apontar as reivindicações gerais que defendem a educação, o fun-

cionalismo e os explorados do país. Nossas contribuições ao Congresso aprofundam a discussão dos ataques e das contrarreformas, assim como apontam a necessária ligação entre as lutas imediatas e a defesa da revolução social, proletária, que deve ser propagandeada desde já. Reafirmamos aqui alguns pontos centrais que devem orientar a luta em nosso setor para o próximo período:

1. Rejeitar integralmente o Projeto Future-se, e lutar pela sua derrubada;

A compreensão da relação entre as reivindicações elementares e as gerais também deve nos colocar diante do problema do método das lutas. A luta para derrotar o conjunto de medidas contra a educação e os ataques contra o funcionalismo e os trabalhadores em geral passa também pela organização da unidade dentro e fora das instituições de ensino. A pressão parlamentar, a ação junto às reitorias, a divisão entre estudantes e trabalhadores, nada disso favorece o caminho a ser trilhado para resistir aos ataques e às contrarreformas.

2. Pela constituição de assembleias universitárias verdadeiramente soberanas, deliberativas e com voto universal, para rejeitar o “Future-se” e organizar a luta;

3. Não sujeitar o movimento aos métodos de tentar convencer os parlamentares; organizar a luta desde os locais de trabalho e nas ruas;

4. Unir o funcionalismo por meio de comitês de base e assembleias democráticas, para derrubar a PEC Emergencial.

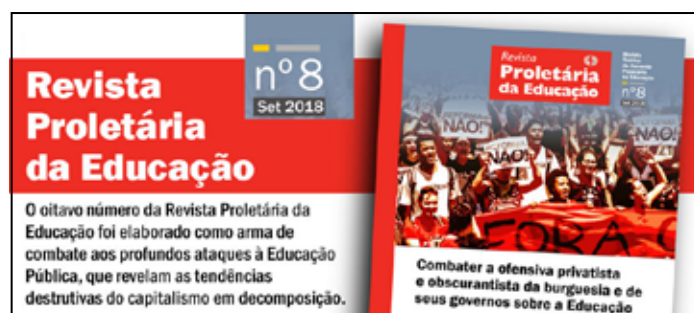
5. Contra a terceirização, efetivar todos os terceirizados com os mesmos direitos e salários, e exigir concursos para as novas vagas.

6. Contra a quebra da estabilidade do funcionalismo, defender a estabilidade a todos os trabalhadores.

7. Construir uma nova greve geral para revogar as contrarreformas Trabalhista, da Previdência, a lei da terceirização e defender os empregos, direitos, salários, meio ambiente e soberania nacional.

8. Defender a formação de uma Frente Única Anti-imperialista contra a privatização da Petrobras, Eletrobrás, Metrô, Embraer, Correios, Bancos Públicos, saúde, educação, Previdência, e a entrega da Base de Alcântara aos EUA. Pelo não pagamento da dívida pública.

9. Rejeitar a estratégia da reconstituição de um governo burguês nacional reformista, e a consequente tática de disputa parlamentar/institucional, como via de solução dos problemas vividos pela classe e pelo conjunto dos oprimidos; erguer a defesa da estratégia do governo operário e camponês, que só pode ser fruto da revolução social, e da consequente tática da ação direta das massas, a tomada da resolução dos problemas em nossas próprias mãos, com independência de classe.



Escola de Quadros do XV Congresso do POR

A resolução abaixo foi discutida no dia 27 de janeiro. A forma final resultou das contribuições.

A luta da juventude pelo socialismo

O capitalismo em decomposição

A caracterização de que o capitalismo se encontra em sua fase última de desenvolvimento e de que se esgotou historicamente significa que está em transição para o socialismo. A Revolução Russa de 1917 e demais revoluções que se seguiram no século XX confirmaram essa constatação do marxismo. O processo de restauração capitalista, que regrediu a construção da sociedade socialista, não comprova o contrário. Os acontecimentos evidenciam que a interrupção da transição do capitalismo para o socialismo expôs mais claramente ainda as contradições que levaram e levam ao esgotamento da história das sociedades de classes.

As revoluções que expropriaram a burguesia e assentaram os primeiros fundamentos da propriedade social dos meios de produção emergiram em meio à decomposição mundial do capitalismo em sua fase imperialista. A 1ª e 2ª guerras mundiais resultaram em uma gigantesca destruição de forças produtivas, devastação de países inteiros e perdas de vidas humanas. Assinalaram até onde a burguesia financeira e monopolista pode empurrar a humanidade à barbárie.

Evidencia-se, assim, que o esgotamento e a decomposição do sistema mais avançado de sociedades de classes - o capitalismo - se devem à contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, bem como entre essas e as fronteiras nacionais. A grande propriedade privada dos meios de produção, a intensa exploração do trabalho e a gigantesca acumulação de riqueza ao lado do mar de pobreza e miséria já não permitem o desenvolvimento das forças produtivas mundiais. O que indica que a transição do capitalismo para o socialismo passa obrigatoriamente pela barbárie social.

As condições atuais da crise mundial, agravada desde 2008, obrigam o imperialismo a recrudescer a guerra comercial. Os Estados Unidos, como potência dominante, estão à frente desse processo. A guerra comercial impulsiona as tendências bélicas inerentes ao capitalismo monopolista.

A classe operária, demais explorados e, em particular, a juventude oprimida estão diante do avanço da putrefação do capitalismo, que se caracteriza por guerras, revoluções e contrarrevoluções.

Superar a crise de direção revolucionária

A juventude suporta amplamente a desintegração do capitalismo e a marcha ascendente da barbárie. O desemprego e subemprego empurram uma importante parcela para o abismo. Ao mutilá-la ou inutilizá-la, impossibilita seu ingresso à produção social. As massas jovens desempregadas e subempregadas procuram se realizar como força de trabalho, mas dependem da necessidade dos capitalistas em explorá-las.

Sem o crescimento das forças produtivas mundiais, aumenta o excedente de força de trabalho. A ciência e a tecnologia altamente desenvolvidas não podem por si mesmas desbloquear as forças produtivas contidas pelas relações capitalistas de produção, baseadas na grande propriedade e submetidas ao parasitismo do capital financeiro.

A contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e a mutilação da capacidade produtiva e criadora da

juventude dão a dimensão precisa das condições objetivas para a transformação do capitalismo em socialismo. A destruição da camisa de força da propriedade privada dos meios de produção e a eliminação do parasitismo financeiro abrirão caminho para a realização integral da força de trabalho. Essa é a condição para que as capacidades intelectuais e práticas da juventude se libertem da mutilação capitalista, e se desenvolvam livremente na sociedade sem explorador e explorado.

A transição do capitalismo para o socialismo será realizada pela revolução social, ou seja, pela revolução proletária. A Revolução Russa e as demais revoluções deram início a essa transição, interrompida pela restauração capitalista. Esse retrocesso histórico foi possível com a destruição do Partido Mundial da Revolução Socialista, materializado pela III Internacional da época de Lênin e Trotsky. O estalinismo revisionista do leninismo foi um fator decisivo na abertura de um período de triunfo da contrarrevolução e da instauração da crise mundial de direção.

A juventude que desperta para a consciência de classe e, portanto, para o socialismo, é chamada a trabalhar pela construção do partido revolucionário, assimilar as lições da história da luta de classes e, assim, vincular-se à luta do proletariado.

Inviabilidade do reformismo

No capitalismo em desintegração, a burguesia não tem como fazer reformas progressivas. Em outras palavras, nas condições em que as forças produtivas se chocam com as relações capitalistas de produção, a burguesia está obrigada a descarregar as contradições sobre as massas. Eis por que a época imperialista é de predomínio das contrarreformas.

No entanto, a política reformista continua a desviar e a travar o avanço da organização revolucionária do proletariado e a elevação da sua consciência de classe. A crise de direção favorece a ação dos reformistas, que se valem da tese de que é possível reverter a alta concentração de capital e propriedade sob o controle da minoria por meio de uma política de reformas e redistribuição da riqueza. O próprio imperialismo incentiva, valendo-se da ONU, as campanhas de “inclusão social, redução de desigualdades e discriminações”.

Os partidos reformistas e seus aliados de esquerda se apoiam no argumento de que o fracasso das revoluções proletárias comprovaria que essa via para se chegar ao socialismo estaria superada. Que, inclusive, a classe operária deixou de ser a força motriz das revoluções. E que a emergência de várias forças sociais abriria um novo curso de reformas, que seriam a da “inclusão dos excluídos” e a “redução das desigualdades” e da “vulnerabilidade” dos mais pobres. Assim, o problema principal estaria em ampliar a “democratização do Estado” e permitir a “participação popular”. As eleições e o parlamento, subordinados à suposta participação popular, seriam os canais por onde se materializariam as reformas de conteúdo “democrático e popular”.

A experiência vem mostrando que o reformismo alimenta as ilusões democráticas nos explorados e, em particular, nas massas jovens de que estão sendo protagonistas de mudanças progressivas, que vêm pondo por terra as profundas desigualdades e dis-

criminações. Na realidade, o capitalismo continua sua marcha de decomposição e de barbárie. É fundamental ter claro a inviabilidade de reformar o capitalismo, bem como o papel contrarrevolucionário do reformismo.

A juventude proletária e as das camadas oprimidas da classe média deverão se erguer contra o reformismo, tendo claro que se trata de uma variante da política burguesa e, portanto, serviço da grande propriedade privada dos meios de produção.

Reflexos da decomposição do capitalismo mundial no Brasil

As contrarreformas de Temer e Bolsonaro são parte da ofensiva internacional do grande capital. A América Latina de conjunto vem sendo arrastada pelas necessidades do imperialismo, ou seja, do capital financeiro e dos monopólios. Nenhum governo burguês escapa às exigências da burguesia em descarregar a crise mundial sobre as massas. O que inclui, também, os governos reformistas.

No continente semicolonial, caracterizado pela pobreza e miséria da maioria, as contrarreformas potenciam a barbárie social já existente. Nota-se que há um fundo comum nas contrarreformas: rebaixar o valor da força de trabalho, diminuir os gastos públicos com os serviços essenciais e restringir o orçamento às necessidades do capital parasitário.

No Brasil, os governos antinacionais e antipopulares de Temer e Bolsonaro conseguiram impor uma das contrarreformas mais profundas, para obter a flexibilização capitalista do trabalho e a diminuição dos gastos públicos. A reforma trabalhista, combinada com a da reforma da Previdência, destroem completamente antigas conquistas dos explorados, obtidas desde os anos de 1930.

As contrarreformas foram impostas justamente no momento em que as massas se deparavam com as altas taxas de desemprego e subemprego. A recessão de 2015-2016 regrediu as forças produtivas industriais, fechando milhares de postos de trabalho. A juventude recebeu o maior impacto, com o aumento exponencial do desemprego e subemprego. Agravaram-se todas as chagas sociais do capitalismo em decadência.

O reformismo petista e aliados de esquerda se mostraram impotentes diante da ofensiva da oligarquia e do imperialismo. As concessões feitas pelos governos do PT para que realizassem as contrarreformas prepararam o caminho para o ataque em toda a linha de Temer e Bolsonaro. Ficou evidente que a política de conciliação de classes serve tão somente à burguesia, e é incapaz de rechaçar as exigências do capital financeiro e multinacional.

A implantação das contrarreformas atravancará ainda mais as forças produtivas, em especial, as da indústria. E fortalecerá o parasitismo financeiro, que depende em grande medida da gigantesca dívida pública. As forças produtivas, que padecem do baixo crescimento e da tendência à estagnação há décadas, se chocam com o predomínio dos monopólios, que tendem a se concentrar ainda mais. As privatizações e desnacionalizações contribuem para um maior domínio do capital imperialista.

Ao contrário da distribuição de riquezas e da “inclusão” social, o emprego formal se tornará mais escasso e o subemprego avançará. A polarização entre a riqueza e a pobreza dará um salto à frente.

A juventude mostrou disposição de luta, engrossando o movimento pela derrubada dos planos antinacionais e antipopulares de Temer e Bolsonaro. É sobre essa base que a juventude oprimida terá um importante papel na luta pelas reivindicações mais elementares e pelo programa da revolução proletária.

A barbárie mutila a juventude brasileira

O ponto de partida de todos os problemas da juventude oprimida está na ausência da fonte de trabalho a todos os jovens. Dos 13 milhões de desempregados, 32% são jovens de 18 a 24 anos, correspondente a 4,1 milhões. De conjunto, o IBGE considera como força de trabalho subutilizada de jovens 7,337 milhões. Daí decorre a impossibilidade de se alfabetizar plenamente e cumprir os estágios dos estudos que o próprio capitalismo oferece. Ou seja, a educação básica. Cerca de 11 milhões de jovens não trabalham, nem estudam. O que equivale a 23% dos 47,3 milhões de jovens de 15 a 29 anos.

Está claro que se trata de um formidável contingente de força de trabalho inutilizada para a produção. Indica o baixo desenvolvimento e o atravancamento das forças produtivas internas. Por si só, o desemprego massivo e a marginalização da escola desse batalhão de jovens são indicadores da escala que mede a barbárie, que atinge os explorados como um todo.

Os seus reflexos nas formas particulares com que se manifesta a opressão de classe são vastos. As mulheres são as mais afetadas pelo desemprego e marginalização escolar. Homens e mulheres negros, por sua vez, suportam a taxa de desemprego e subemprego bem mais alta do que as dos não-negros. Do total de analfabetos, 11,3 milhões, 79,4% são negros, e entre as crianças que estão fora da escola, 62% são negras.

Os dados do IBGE permitem afirmar que a aposentadoria também discrimina a população negra, pois, diante do fator previdenciário e idade mínima, somente uma ultra minoria negra tem conseguido se aposentar. Os chamados pretos e pardos se concentram na faixa etária entre 10 e 29 anos de idade (grande parte morre logo depois disso), e uma ínfima minoria atinge mais de 65 anos, enquanto os brancos se distribuem, quase que uniformemente, entre os 10 e 59 anos, faixa etária na qual se incluem os que terão alguma condição de se aposentar, e viver algum tempo com a aposentadoria. Essa discriminação deve se agravar ainda mais depois da Reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes/Congresso Nacional.

Bastam esses frios indicadores estatísticos para se encontrarem os motivos do crescimento da violência social. Os próprios órgãos institucionais da burguesia reconhecem que é estarrecedor o número de 35.783 jovens, de 15 a 29 anos, assassinados em 2017, de um total de 65.602 homicídios, ou seja, 179 assassinatos por dia. Dessa massa jovem, vítima da violência, 75,5% eram negros. Embora o assassinato de mulheres seja menor, vem crescendo, chegando a 4.936 em 2017, sendo na sua grande maioria de mulheres negras.

A pobreza e miséria empurram uma importante fração da juventude para a criminalidade. A principal delas é o narcotráfico, uma das chagas do capitalismo que expõe a sua decomposição. Não por acaso, o encarceramento crescente se tornou um problema de difícil solução para a burguesia e seus governos. São 812.564 presos, sendo que 337.126 sequer têm condenação. Da população carcerária, dois terços são jovens de até 29 anos. Como não poderia ser diferente, a maioria é de negros. O “Mapa da Violência” ainda revela o crescimento dos assassinatos de homossexuais.

É bem visível o entrelaçamento entre desemprego, subemprego, pobreza, miséria e as discriminações sobre mulheres, negros, índios e homossexuais.

A juventude não permanece passiva diante desse quadro assombroso. Vem se manifestando massivamente nas ruas, ocupando escolas e enfrentando a repressão. A juventude luta com ener-

gia contra a violência policial, as discriminações, a destruição do ensino público e pela liberdade de expressão. Diante das contrarreformas de Temer e Bolsonaro, se uniu à classe operária e demais trabalhadores, a despeito das direções traídas do movimento operário, popular e estudantil.

É um imperativo da juventude com consciência política lutar tenazmente para expor as raízes de classe de sua opressão e de todas as demais. As reivindicações particulares devem estar vinculadas ao programa geral da luta contra o capitalismo, e pelo socialismo.

Enfrentar a reação ideológica

O golpe de Estado que derrubou o governo nacional-reformista do PT, a instauração da ditadura civil de Temer e a eleição do governo militarista-fascistizante de Bolsonaro impulsionaram a reação ideológica burguesa e pequeno-burguesa. Na base dessa reação, está a responsabilização dos pobres e miseráveis pela violência crescente. A resposta governamental é a de fortalecer o Estado policial. O judiciário e a polícia devem ser mais duros com os que “atentam contra a ordem pública”.

A “Lei Anticrime”, que acaba de ser aprovada, segue o preceito de que a repressão é a cura de todos os males do capitalismo apodrecido. Essa diretriz fascistizante vincula a criminalidade aos movimentos sociais que atingem o direito burguês da propriedade. A “paz social” e a harmonia devem ser garantidas a ferro e fogo pelo esmagamento daqueles que se rebelam, de uma forma ou de outra, contra a pobreza e a miséria. A luta de classes é tratada como distúrbio, vandalismo e anarquia. A militarização da política é tida pelo governo direitista como se fosse um antídoto natural.

O resultado mostra que a ação violenta da polícia atinge, principalmente, a juventude e, dentre essa, os jovens negros. Verifica-se a discriminação racial como política de Estado na matança de negros pela polícia.

Bolsonaro vai ao ponto de estender a militarização para a escola. O seu então secretário da cultura, Roberto Alvin, teve a petulância de recorrer à ideologia nazista para anunciar a intervenção do Estado em favor de uma “cultura nacional”. Procurou dar curso ao que os bolsonaristas elegeram como ideologia inimiga do País, da família e da escola, o “marxismo cultural”. Sob a máscara de defesa dos valores nacionais, da família e da religião, o governo fascistizante vem intervindo nas universidades.

A direita burguesa e pequeno-burguesa utiliza a máquina do Estado para promover a religião e impor seus valores à escola e à família. Ideologicamente, vem sendo reforçada a discriminação da mulher, índios, homossexuais e negros. Bolsonaro também não teve como sustentar a nomeação do negro Sérgio Camargo para a presidência da Fundação Palmares, devido à escandalosa declaração sobre a negação da existência do racismo no Brasil.

O nacional-reformismo, liderado pelo PT, alimentou a ilusão na possibilidade de eliminar gradativamente as discriminações. O ponto de partida ideológico foi o de levar o Estado a reconhecer que a sociedade brasileira conserva o racismo. Estabeleceu duas dimensões distintas: a desigualdade social e a discriminação sociocultural e étnico-racial. A reforma do Estado e a democratização seriam o caminho para chegar ao igualitarismo.

Haveria, portanto, que aplicar os preceitos da Constituição de 1988 sobre a igualdade e a pluralidade étnico-racial. Assim, o governo petista criou a Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial e Promoção da Igualdade Social. As políticas afirmativas levariam à adoção das cotas raciais. Em relação

XV ° Congresso do POR - Escola de Quadros

à violência e assassinato de jovens pobres e negros, chegou-se a constituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Em decorrência, se concebeu o Plano Nacional de Enfrentamento aos Homicídios de Jovens.

As boas intenções dos petistas e aliados não poderiam se concretizar, uma vez que não tocavam na grande propriedade privada dos meios de produção e nas relações de exploração do trabalho. O fato é que a pretensiosa reforma do Estado e a democratização esbarraram no poder da burguesia, que exerce sua ditadura de classe sobre a maioria oprimida por meio do Estado e da democracia. A barbárie continuou vigente sob o governo reformista, embora tenha dado a impressão de que avançava a “inclusão social” e diminuía a discriminação.

A recessão de 2015-2016 varreu as ilusões sobre a igualdade social e racial. A ascensão da direita desmontou os projetos do nacional-reformismo. Os movimentos corporativistas refluíram, aguardando as próximas eleições.

Esse breve balanço do fracasso do reformismo e da ofensiva da direita reacionária mostra à juventude que o combate à pobreza, miséria, discriminação, encarceramento e assassinatos massivos somente poderá se dar no terreno da luta de classes e sob o programa da revolução proletária.

Tarefas da juventude

- 1) *Emprego a todos os jovens. Nenhum jovem fora da produção social, nenhum jovem fora da escola. Jornada reduzida de trabalho, combinada com a jornada de estudo;*
- 2) *Fim das discriminações raciais e sexuais. Defesa da igualdade em todos os aspectos da vida social, econômica e política;*
- 3) *Acabar com a criminalização da pobreza. Responsabilizar o Estado, governos, parlamento, judiciário e aparato policial pela matança de jovens;*
- 4) *Fim da polícia e todo sistema de opressão capitalista. Direito à autodefesa da população;*
- 5) *Condenação da política de “guerra às drogas”, que mantém o poder da burguesia narcotraficante, e que prende e assassina jovens, principalmente, negros. Nenhuma interferência do poder público nas atividades culturais dos jovens.*
- 6) *Direito ao aborto, garantido pelo Estado e em condições seguras. Proteção da mãe-jovem;*
- 7) *Unir a juventude explorada na luta contra as reformas antinacionais e antipopulares dos governos;*
- 8) *Enfrentar o obscurantismo das igrejas e da política governamental. Liberdade de ensino, expressão, organização e manifestação política. Combater a militarização das escolas;*
- 9) *Livre organização dos grêmios. Nenhuma interferência do governo e da burocracia escolar. Direito de realizar assembleias nas escolas;*
- 10) *Recuperar as organizações estudantis, hoje controladas pelas direções reformistas e conciliadoras;*
- 11) *Organizar o movimento estudantil sobre a base das reivindicações, democracia das assembleias, método da ação direta e independência política diante dos governos e seus representantes;*
- 12) *Lutar pelo socialismo. Transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Organizar-se no partido marxista-leninista-trotskista. Trabalhar pela superação da crise de direção;*

Nesta edição:

- **Bolívia:** A importância da Caravana do Sul e a orientação do POR / Os Comitês Cívicos e a orientação do POR na queda do governo de Evo Morales / O carnaval eleitoral se exacerba pelo caminho da irracionalidade.
- **Palestina:** Agravamento da opressão imperialista e sionista sobre a Palestina.
- **Brexit:** Desagrega-se a união capitalista da Europa.
- **Lênin:** Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.

Artigos das Seções
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**

Viva a IV Conferência do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)!

Reuniram-se os delegados e convidados da IV Conferência do CERQUI, em Santa Cruz, Bolívia. Os trabalhos se desenvolveram seguindo os pontos: 1) Teses Internacionais; 2) Balanço da crise revolucionária na Bolívia; 4) Informes da seção chilena; 5) Informes das seções brasileira e argentina; 6) aprovação de resoluções sobre a situação no Chile e Colômbia; 7) Resolução sobre a opressão da mulher; 8) Crise do centrismo. A discussão sobre os acontecimentos na Bolívia e a posição

desenvolvida pelo POR boliviano foi o ponto alto da Conferência. Houve acordo com a linha geral da seção boliviana. A Conferência aprovou seu balanço. As diferenças de análise, apresentada pelo POR do Brasil, continuarão sendo discutidas pelas seções. Os documentos, balanços e resoluções serão publicados no Boletim Internacional do CERQUI.

Avaliamos que essa Conferência deu um passo à frente na elaboração coletiva e na discussão crítica. Esteve alicerçada

nos levantes operários e populares da Bolívia, Chile e Colômbia. O que traz uma nova dimensão da crise de direção, e a necessidade de fortalecer o internacionalismo proletário. A presença do CERQUI na Bolívia e Chile permitiu uma melhor compreensão do estágio de desintegração do capitalismo mundial e seus reflexos na América Latina. As condições da luta de classes favorecem a construção do partido revolucionário no seio do proletariado e, assim, a projeção do Comitê de Enlace.



Órgano central del partido obrero revolucionario



Bolívia

A importância da Caravana do Sul e a orientação do POR

A caravana do SUL foi outra expressão da orientação PORista nas mobilizações. Foi organizada pela iniciativa do Comitê Cívico de Chuquisaca, que fez aprovar a referida tática na reunião do Bloco Cívico Nacional, constituído por todos os Comitês Cívicos e organizações que participaram do Cabildo Nacional de La Paz (Chuquisaca, Oruro, Potosí, Cochabamba, La Paz y Tarija), imediatamente depois de realizado o Cabildo Nacional. Tratava de dar forma organizada à determinação de expulsar fisicamente Evo Morales e os MASistas do poder, acumulando forças, por meio de uma caravana que agrupou delegações de todos os distritos. A caravana partiu de Sucre e começou a enfrentar a resistência dos MASistas na rota e, por

outro lado, o boicote dos cívicos de Santa Cruz, encabeçados por Camacho, que haviam começado com a farsa da entrega de uma carta que “milagrosamente” conseguiria a renúncia de Evo Morales. O governo atacou duramente a caravana do SUL, à qual se somaram uma grande delegação de cooperativistas e assalariados mineiros de Potosí, e jovens mobilizados de Tarija. Com franco-atiradores, funcionários armados e o apoio de algumas comunidades camponesas em Vila Vila, e antes de chegar a Oruro, os MASistas tentaram deter o avanço da caravana até a sede do governo. A caravana foi se convertendo em uma referência nacional.

A Caravana do Sul representava o avanço da tendência ra-

dical no interior do movimento. Expressava o desenvolvimento do movimento independente, tanto da velha direita, nas suas duas versões: democratizantes e fascistas, como da nova direita masista. Nenhum deles poderia admitir que as coisas se desenvolvessem por esta via. Os acontecimentos se precipitaram e **ocorreram reuniões reservadas, na qual participaram a velha direita, USAID e a alta cúpula MASista, na qual acordaram os termos da saída de Morales e a sucessão de Añez. A caravana do Sul representava uma ameaça para ambos.**

Os Comitês Cívicos e os Cabildos funcionaram e atuaram nos marcos do movimento democrático pequeno-burguês e burguês. O objetivo que os unificou foi a tarefa de conquistar a renúncia de Evo Morales.

O informe da OEA, relatando os graves indícios da fraude eleitoral MASista, precipitou a renúncia de Morales, o governo desmoronou. A forma como se produziu a saída de Evo Morales, somada à torpeza do fascista Camacho que, com a bíblia na mão, ingressou no Palácio do governo desguarnecido, e retirou a Whipala, foi um claro ato racista de desprezo aos símbolos indígenas, gerou uma virada na situação política. A caravana não poderia continuar, sob o risco de um enfrentamento sangrento entre trabalhadores, camponeses e a população de El Alto, razão pela qual se decidiu pelo retorno da caravana.

Os Comitês Cívicos e os Cabildos funcionaram e atuaram nos marcos do movimento democrático pequeno-burguês e burguês. O objetivo que os unificou foi a tarefa de conquistar a renúncia de Evo Morales. Neste sentido mais geral, também se somou o Comitê Cívico de Santa Cruz. O Cabildo de La Paz refletiu as tremendas pressões das forças democratizantes pequeno-burguesas. A plataforma de luta, aprovada sob a influência do POR, esteve condicionada ao caráter democrático do movimento. Não alcançou ser a expressão e programa da

Bolívia

estratégia revolucionária do proletariado.

Os Comitês Cívicos e os Cabildos se desmobilizaram, quando se consolidou a renúncia de Evo, o que deixou o campo aberto para que o governo usurpador de Añez/Camacho/Mesa reprimisse a resistência do MAS, apoiando na oscilação circunstancial de importantes camadas da classe média urbana até posições fascistas. Sem os Comitês e os Cabildos mobilizados, imperaram os métodos burgueses e pequeno-burgueses de confrontação, em torno da divisão dos cargos e ministérios. As ambições pessoais dos dirigentes se acentuaram, com a nítida diferença do presidente do Comitê Cívico de Chiquisaca, que, concluído o seu mandato, renunciou, denunciando as manobras sujas dos politiqueiros, sedentos por usar o movimento para os fins de carreirismo pessoal.

Conclusão: o governo autoproclamado e o MAS reestabeleceram o funcionamento da Assembleia Plurinacional. Chegaram a um acordo para a convocação de novas eleições, e se dividiram os cargos com os dirigentes cívicos da direita.

Os fatos comprovaram o acerto da linha política programática aplicada pelo POR. Corresponha disputar a direção do movimento cívico regional com as correntes fascistas e democratizantes da direita burguesa e pequeno-burguesa. A importância desta disputa foi destacada pela imprensa burguesa nacional, que deu conta das três tendências (democratizante, direitista pró-fascista e trotskista), que disputaram a direção do movimento e o conteúdo de suas diferentes políticas. Em Sucre, apoiados no proletariado mobilizado, se pôde impor durante um tempo a orientação trotskista, o que não se pôde consolidar no plano nacional, dada a divisão e atraso na incorporação do proletariado em outros distritos.

(Extraído do Jornal Masas n. 2.619, do Partido Obrero Revolucionario da Bolívia)

Bolívia

Os Comitês Cívicos e a orientação do POR na queda do governo de Evo Morales

Os Comitês Cívicos são criações institucionais, geralmente controlados pelos empresários e políticos burgueses. Esta característica vai diminuindo, na medida em que há o afastamento da população do centro econômico e político do país, para dar lugar a expressão de setores populares, em geral, ligados à pequena produção artesanal ou da terra. Ao longo da história do país, cumpriu o papel de canais de mobilizações populares, em torno a demandas regionais, na maior parte das vezes, ligadas a tarefas democráticas burguesas não realizadas, ou necessidades não adequadamente atendidas pelo Estado burguês, consequência do pouco desenvolvimento capitalista do país. Poderosas mobilizações populares ocorreram em torno delas, chegando não poucas vezes a questionar o poder político. Os Comitês Cívicos, em determinadas circunstâncias, são utilizados como canal de expressão dos movimentos populares. A presença do proletariado abre a possibilidade de uma projeção revolucionária na luta cívico-regional, desde que se converta na direção das massas mobilizadas ao redor do Comitê Cívico.

Há tempos, o movimento operário boliviano (em vários Congressos da COB), por propostas dos PORistas, adotou a linha de que corresponde ao proletariado disputar com a burguesia a direção dos movimentos cívicos regionais, convertendo a luta pelas reivindicações democráticas regionais em parte da luta para colocar em pé uma nova sociedade socialista, marco dentro da qual todos os grandes problemas nacionais, entre eles o do atraso regional, encontrarão uma solução.

O movimento contra o governo do MAS ganhou uma expressão política e organizativa por meio dos Cabildos Abertos e dos Comitês Cívicos, e pôs à prova a orientação político programática do POR.

No recente conflito, foi notória a diferença sobre a radicalidade do conteúdo das demandas regionais no caso dos Comitês Cívicos de Potosí, Oruro e Sucre, onde o peso dos trabalhadores cooperativistas e assalariados mineiros, em Potosí, e fabril, em Sucre, foram determinantes. Nestas particularidades do movimento

cívico regional é que se observa a importante diferenciação entre os Comitês Cívicos do Sul e o de Santa Cruz, no Oriente. O Chamado Bloco Cívico do Sul (Chuquisaca, Oruro, Potosí e Tarija, depois incluindo Cochabamba) teve como centro organizativo e político o Comitê Cívico de Chuquisaca, influenciado pela política do POR, que se apoiou na COD e nos operários de FANCE-SA. Por esta via, os trotskistas buscaram constituir uma direção nacional para dirigir o movimento, que se deu o nome de Bloco Cívico Nacional, e imprimir uma plataforma de reivindicações de claro conteúdo anti-imperialista, antibuguês e defensor da independência política do movimento popular, diante da direita que buscava limitar a luta para os seus objetivos eleitorais e supostamente democratizantes.

O ponto alto da organização e decisão popular foi a realização

do Cabildo Nacional de La Paz. Um passo dado no sentido de realizar a unificação e centralização do movimento nacional, sob a direção do Bloco Cívico do Sul. A independência organizativa e política se daria em meio à disputa entre o governo e a oposição burguesa, e contra ambos os polos.

No entanto, a debilidade do Cabildo Nacional de La Paz foi não se ter diferenciado explicitamente do Comitê Cívico Pró Santa Cruz, controlado pela mais rançosa oligarquia oriental, e de seu presidente, o fascista Camacho.

No interior do Bloco Cívico do Sul, atuavam setores que pressionavam pela unidade com os cívicos de Santa Cruz, em nome do objetivo comum de conseguir que Evo se fosse.

(Extraído do Jornal Masas n. 2.619,
do Partido Obrero Revolucionario da Bolívia)

Bolívia

O carnaval eleitoral se exacerba pelo caminho da irracionalidade

A atomização da direita tradicional é inevitável

A tarefa do momento é lutar pela independência política e sindical da classe operária, rechaçar energeticamente a escória eleitoral que distrai os bolivianos da luta para resolver os problemas do país como consequência da crise que já está presente.

Até a véspera, parecia que o espectro eleitoral no campo da direita iria se polarizar entre Carlos Mesa e Camacho. Os outros grupos apareciam como minúsculos, sem nenhuma incidência nas expectativas de voto na população. Durante a última semana, no entanto, ocorreram algumas mudanças, como o anúncio de que Tuto Quiroga entraria na luta eleitoral, com a ruptura do pacto *Sol Bo* e *Comunidad Ciudadana*, fato este que fará com que Carlos Mesa perca uma parcela significativa de votos em La Paz, e com o surpreendente anúncio de que a Presidente Añez também participará das eleições.

Todos falam da necessidade da unidade para fazer frente ao voto duro do MAS que, apesar de sua crise interna e isolamento cada vez mais dramático de Evo Morales— tanto fora como dentro do país — oscilaria entre 25% e 30% do eleitorado; No entanto, a direita tradicional, impulsionada pela ascensão desenfreada de seus caudilhos ambiciosos e oportunistas, recorrem pelo caminho oposto: a dispersão.

Enquanto tudo isso ocorre na chamada “classe política”, a preocupação das massas, especialmente da classe média e de alguns outros setores, se acentua, e surge o temor de que os corruptos expulsos do poder possam voltar a vencer as eleições, e instalar-se novamente na “Casa Grande do Povo”.

Até o momento, o panorama eleitoral se está configurando desta maneira, e é incontestável que a maré democratizante poderá se acentuar, enquanto dure a campanha eleitoral; os atores, carentes de ideias e programas, recorrerão à guerra suja mais asquerosa contra os seus oponentes, tornando insuportável a contaminação do ambiente político e social.

No entanto, seria aventureiro antecipar-se a apontar em qual sentido as tendências eleitorais se desenvolverão, ainda mais agora, quando a candidatura de Añez está provocando

uma tormenta política em todos os círculos da politicagem burguesa e que, inquestionavelmente, está determinada pela polarização entre o MAS e a direita tradicional, ainda que alguns aventureiros centristas, que se reclamam da “esquerda”, pretendam fabricar um suposto “instrumento político” como uma terceira alternativa de voto para as massas.

A obrigação do Partido revolucionário é reiterar com clareza o que temos defendido desde antes da eleição anterior, frustrada pela fraude: **saia quem sai vitorioso das eleições de 3 de maio, o MAS ou qualquer outro da direita tradicional, estará condenado a aplicar a mesma política burguesa e pró-imperialista. Estará obrigado a descarregar nas costas dos oprimidos e explorados o peso da crise econômica, para salvar os interesses das empresas privadas e das transnacionais imperialistas. Esse governo se verá obrigado a usar a violência do Estado, para colocar na linha as massas rebeldes, que se verão obrigadas a realizar uma luta aberta, para defender o seu direito de viver em condições humanas, e suas liberdades democráticas e políticas.**

Chegou a hora de acentuar a campanha pelo exercício efetivo da independência política e sindical dos trabalhadores e das massas em geral; agora, provavelmente, chocaremos com a pressão da maré eleitoral; mas, será o ponto de partida para o trabalho próximo, quando as massas cheguem ao convencimento de que as suas condições de vida e de trabalho tenham piorado, por causa da política aplicada pelo governo de plantão; desta maneira, impediremos que as massas voltem a cair novamente no reformismo, como está ocorrendo na Argentina e no Brasil. Vamos direcionar as massas para a revolução social.

(Extraído do Jornal Masas n. 2.619,
do Partido Obrero Revolucionario da Bolívia)

"Acordo do Século"

Agravamento da opressão imperialista e sionista sobre a Palestina



No dia 28 de janeiro, foi apresentada e assinado, nos Estados Unidos, o chamado "Acordo do Século". Na verdade, trata-se da imposição de novas fronteiras na base da anexação da cidade de Jerusalém, das colônias judias da Cisjordânia e do Vale do Jordão (na fronteira com a Jordânia), estratégico para controle da água.

É sobre a base anexionista que se promete a formação de um Estado Palestino. Na realidade, o Estado sionista e o imperialismo querem enfeitar o colonialismo com uma ficção de Estado Palestino. A perda de territórios é o real objetivo. Os palestinos teriam de reconhecer Jerusalém como "capital indivisível" de Israel, renunciar ao desmantelamento dos assentamentos judeus em seu território e aceitar a proibição da volta dos 5 milhões de emigrados expulsos pelos sionistas. A esse "presente de grego", são oferecidos de 50 bilhões de dólares em 10 anos.

Se o plano de Trump fosse aplicado, o território palestino seria reduzido a ilhas sem continuidade geográfica, nem capacidade de contar com recursos que garantissem um mercado e soberania nacionais. O "Acordo do Século" reconhece que Israel como um enclave imperialista e um instrumento dos interesses monopolistas norte-americanos.

A criação de Israel, em 1948, decorreu da partilha do mundo operada pelas potências no pós-Segunda Guerra. Nas condições de ascensão do imperialismo norte-americano como potência hegemônica, o Estado sionista passou a servir os inte-

É sobre a base anexionista que se promete a formação de um Estado Palestino. Na realidade, o Estado sionista e o imperialismo querem enfeitar o colonialismo com uma ficção de Estado Palestino. A perda de territórios é o real objetivo. Os palestinos teriam de reconhecer Jerusalém como "capital indivisível" de Israel, renunciar ao desmantelamento dos assentamentos judeus em seu território e aceitar a proibição da volta dos 5 milhões de emigrados expulsos pelos sionistas.

resses norte-americanos, que precisavam de um enclave para impor suas condições. O que, portanto, exclui um Estado Palestino. Israel não pode aceitar a autodeterminação do povo palestino. Tem de exercer pela força das armas a opressão nacional. Nessas condições, as forças políticas e fações armadas palestinas não tinham como aceitar o plano. A Autoridade Nacional Palestina-ANP teatralizou com o rompimento das relações com Israel e EUA. É impotente para impor a autodeterminação nacional da nação oprimida. Sempre se negou a desenvolver um movimento anti-imperialista na base do armamento geral da população.

Constata-se ainda que não há interesses comuns de como solucionar o problema palestino entre os países da Liga Árabe. A Arábia Saudita e os Emirados

Árabes Unidos assinalaram seu apoio ao plano, embora exigissem algumas mudanças. Jordânia, Síria, Egito e Líbano se pronunciaram contrários, querem a constituição de um Estado Palestino sob as fronteiras fixadas em 1967. Mas, todas essas frações burguesas semicoloniais aceitam a existência do artificial Estado sionista como enclave imperialista.

Somente a destruição do Estado sionista, por meio da revolução e ditadura proletárias, acabará com a brutal opressão das burguesias imperialista e judia sobre a Palestina, assim como sobre toda a região. E somente um Estado Socialista na Palestina, uno e indivisível, será a via de confraternização e solidariedade dos explorados árabes e judeus.

Brexit

Desagrega-se a união capitalista da Europa

No dia 31 de janeiro, foi oficializada a ruptura da Inglaterra com a União Europeia (UE). O primeiro-ministro, Boris Johnson disse que a Inglaterra teria uma nova oportunidade para resolver quatro anos de crise política e econômicas. A burguesia inglesa assumiu, em silêncio e sem muita convicção, o fato consumado.

A ruptura estabelece um marco nos choques mundiais, que decorrem das tendências recessivas na economia mundial e do agravamento da guerra comercial. A burguesia monopolista e financeira inglesa não terá como fazer da ruptura com a UE um meio para superar as dificuldades da economia nacional. Basta uma rápida olhada nas estatísticas para conferir essa afirmação. Inglaterra é o segundo país em termos de PIB da UE (2,743 trilhões de dólares): 334 bilhões correspondem às exportações para o Mercado Comum Europeu (45,3% do total), e as importações alcançam 434 bilhões (52,6% do total). Os acordos unilaterais prometidos pelos EUA não poderão equacionar o déficit. Pelo contrário, irão ampliá-lo, uma vez que os monopólios norte-americanos exigem uma maior abertura da economia nacional.

Na base desse fenômeno, acha-se a regressão do poderío da burguesia imperialista inglesa. O que lhe impede de superar a perda de um dos mais importantes mercados para seus capitais (o terceiro em ordem de importância nas transações externas), uma vez que se choca com o domínio norte-americano. Fechadas as portas alfandegárias e comerciais preferenciais com o mercado europeu, restará apenas à burguesia inglesa aceitar as cotas estipuladas pelos EUA.

A violenta virada na política exterior da Inglaterra favorece aos interesses da maior potência. Eis por que a Comissão Europeia aceitou manter por mais três meses as relações comerciais e alfandegárias, enquanto espera receber da Inglaterra € 5 bilhões referentes às contribuições até 2021. Mas, tudo indica que a manobra fracassará. Johnson disse que não aceitará nenhum tratado que obrigue seu país a se submeter às normas da UE, fundamentalmente sobre padrão de qualidade, direitos trabalhistas e meio-ambiente.

O fundamental para os explorados ingleses está em o Brexit não trará novos empregos e novos mercados para os productos nacionais, como afirma Johnson. Estreitada a saída de capitais e mercadorias ao exterior, a retomada dos lucros monopolistas exigirá compensar o abandono do mercado de 500 milhões de pessoas por meio da destruição de direitos trabalhistas e previdenciários, bem como de benefícios sociais dos explorados ingleses.

A luta das massas pelos seus direitos, conquistas, empregos e salários, bem como as crescentes tendências separatistas da Escócia e Irlanda do Norte (que pretendem permanecer no

Mercado Comum Europeu), reforçarão as tendências ditatoriais da burguesia inglesa e o Estado policial dirigido a esmagar a irrupção dos explorados britânicos em defesa de suas condições de vida.

São esses os reflexos nacionais do fracasso da burguesia europeia em superar o choque entre as forças produtivas, altamente desenvolvidas, com as fronteiras nacionais. Tratam-se das manifestações dos entraves erguidos pela propriedade monopolista e a apropriação privadas das riquezas.



(...) o Brexit não trará novos empregos e novos mercados para os productos nacionais, como afirma Johnson. Estreitada a saída de capitais e mercadorias ao exterior, a retomada dos lucros monopolistas exigirá compensar o abandono do mercado de 500 milhões de pessoas por meio da destruição de direitos trabalhistas e previdenciários, bem como de benefícios sociais dos explorados ingleses.

Somente o proletariado pode pôr fim a essas tendências desagregadoras e unificar o continente, sob o programa dos Estados Unidos Socialistas da Europa, desde que conquiste sua independência de classe. O que exige construir o partido marxista-leninista-trotskista. A crise mundial e, em particular a europeia, continuará a se agravar. Os explorados não têm outra via a não ser desenvolver a luta de classes. Melhoram as condições para a vanguarda proletária lutar pela superação da crise de direção.

Adquira com o distribuidor de Massas:

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

R\$ 35

SOCIALISMO OU BARBARIE

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal Massas 601 e 602, expusemos a resposta de Lênin aos mencheviques e socialistas revolucionários sobre a questão da tomada do poder, que consta do folheto *"Poderão os bolcheviques manter o poder?"*. Agora concluiremos a exposição. Lênin se viu obrigado a expor a teoria marxista do Estado, nas condições concretas da revolução que se avizinhava. Explicou que não se tratava do proletariado destituir a burguesia do poder e simplesmente ocupar o aparato do Estado. A revolução destruiria o velho Estado e constituiria em seu lugar um novo Estado. Eis: *"O Estado, estimados senhores, é um conceito de classe. O Estado é um órgão ou instrumento de violência exercido por uma classe contra a outra. Enquanto for um instrumento de violência exercida pela burguesia contra o proletariado, o proletariado não pode ter mais do que uma consigna: a destruição desse Estado. Quando o Estado for um Estado proletário, quando for um instrumento de violência exercida pelo proletariado contra a burguesia, seremos partidários, íntegra e incondicionalmente, de um poder forte e do centralismo"*.

Nesse sentido, Lênin explicou o conteúdo da bandeira *"Todo poder aos soviets"*. O governo da classe operária passa a ter o poder sobre as terras, os bancos e as fábricas. Nisso consistia a relação entre a política e a economia. A burguesia, ao ser destituída do poder político, perderia o poder econômico. Como se vê, não se trata de reformar o Estado burguês, mas de destruí-lo. A tese reformista defendida pelos mencheviques e socialistas revolucionários era um obstáculo para o proletariado derrubar a burguesia do poder. Lênin definiu: *"O reformismo não é mais que uma série de concessões por parte da classe governante, e não sua derrocada; faz concessões, mas conservam o poder para si"*.

O proletariado ao se apossar do poder estabelece um plano centralizado de transformação da produção e da distribuição. As organizações operárias farão o controle dos métodos de centralização do funcionamento econômico. Lênin conclui: *"Somos partidários do centralismo e de um plano, mas do centralismo e do plano do Estado proletário, de uma regulação proletária da produção e da distribuição de acordo com o interesse dos pobres, dos trabalhadores, dos explorados, contra os exploradores"*.

***As jornadas de julho, segundo a análise de Lênin, indicavam que se aproximava o desfecho da revolução. A correlação de forças, desde o final de abril, comprovava que a burguesia já não podia conservar todo o seu poder. Lênin constata que "a pequena burguesia não quer e não pode tomar o poder sozinha e de forma independente". Era o que demonstrava "a experiência de todas as revoluções, e como demonstra a economia política, que explica que em um país capitalista se pode estar do lado do capital e se pode estar do lado do trabalho, mas é impossível estar durante muito tempo no meio"*.**

A questão que antecede ao problema da possibilidade dos bolcheviques manterem o poder é a de como chegar até ele. Em outras palavras, em que condições o proletariado triunfará sobre a burguesia. É disso que se tratava na situação concreta porque passava a Rússia. Os explorados e os exploradores estavam em posição de guerra civil. Era necessário compreender que as grandes transformações, na história, passaram pela guerra civil. As condições objetivas que se formaram, principalmente, desde o levante de 3 e 4 de julho, evidenciaram que amadureciam as premissas da guerra civil. A conquista da maioria dos soviets pelos bolcheviques, depois desse acontecimento,

resolvia a questão direção. Lênin detalha: *"Se o partido revolucionário não conta com a maioria nos contingentes avançados das classes revolucionárias e no país não pode nem pensar na insurreição. Além disso, é necessário: 1) a marcha ascendente da revolução em escala nacional; 2) a total quebra moral e política do velho governo, por exemplo, o governo de coalizão; 3) grandes vacilações nos grupos intermediários, isto é, naqueles que não apoiam totalmente o governo, ainda que até ontem o apoiavam totalmente"*.

As jornadas de julho, segundo a análise de Lênin, indicavam que se aproximava o desfecho da revolução. A correlação de forças, desde o final de abril, comprovava que a burguesia já não podia conservar todo o seu poder. Lênin constata que *"a pequena burguesia não quer e não pode tomar o poder sozinha e de forma independente"*. Era o que demonstrava *"a experiência de todas as revoluções, e como demonstra a economia política, que explica que em um país capitalista se pode estar do lado do capital e se pode estar do lado do trabalho, mas é impossível estar durante muito tempo no meio"*. Os reformistas constituíam uma coalizão entre a pequena burguesia e a burguesia. De forma que os mencheviques e socialistas revolucionários teriam de estar contra a tomada do poder pelo proletariado, dirigido pelos bolcheviques. O argumento de que não era possível o proletariado conservar o poder, portanto, se dirigia contra a organização e os preparativos para o desfecho da guerra civil.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXVII, Akal Editor)